



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GABRIELA MARIA DE SOUSA VIEIRA

**A PSICOLOGIA DO BRASIL “DEMOCRÁTICO”: UM ESTUDO SOBRE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

FORTALEZA

2016

GABRIELA MARIA DE SOUSA VIEIRA

A PSICOLOGIA DO BRASIL “DEMOCRÁTICO”: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS
PÚBLICAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

- V715p Vieira, Gabriela Maria de Souza.
A Psicologia do Brasil “democrático”: um estudo sobre políticas públicas. / Gabriela Maria de Souza Vieira. – 2016.
79f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2016.
Área de concentração: Psicologia.
Orientação: Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides.
1. Psicologia. 2. Políticas Públicas. 3. Genealogia. I. Título.

GABRIELA MARIA DE SOUSA VIEIRA

A PSICOLOGIA DO BRASIL “DEMOCRÁTICO”: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS
PÚBLICAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao Pablo, única razão de eu ter terminado.

AGRADECIMENTO

À FUNCAP, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Ao Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides, por ter sido muito mais que um orientador, por ter colaborado significativamente com a transformação mais bonita que já vivi.

Ao professor participante da banca examinadora Dr. Leonardo Sá, por dedicar seu valioso tempo à leitura e apreciação deste trabalho e pelas valiosas colaborações e sugestões.

Ao professor Dr. Aluísio Lima, por ter estado presente ao longo de todo o percurso sempre com preciosíssimas considerações, tanto referentes a este trabalho, quanto referentes à vida, e também pelas apreciações a este trabalho.

Ao professor Dr. Célio Freire, por toda a generosidade e sensibilidade frente aos rumos desta pesquisa.

Ao Hélder, pela paciência e gentileza.

Ao professor Dr. Walter Khoan, por ter me recebido tão bem e ter me sensibilizado para as questões de método.

À professora Dr. Heliana Conde, por suas importantíssimas considerações.

Aos queridos Paulo Henrique Albuquerque, Kércio Prestes, Luciana Conz e Jesiel Siebra, por toda a colaboração e paciência ao longo da elaboração deste trabalho.

Ao querido Ângelo Mouta, pela terapia comportamental.

Aos queridos Vinicius Furlan, Emanuel Messias, Renata Bessa e Jéssica Carneiro, pelo companheirismo e por toda ajuda e paciência.

Aos amigos do Krisis, pelos bastidores.

Aos meus familiares, pelo apoio mais fundamental.

“Nunca fazer política”
(Foucault)

RESUMO

Esta dissertação discorre sobre o processo de inserção da Psicologia nas Políticas Públicas no Brasil, a partir do processo de abertura democrática. Tomando como referencial o arcabouço metodológico da arqueogenealogia foucaultiana, constituiu-se uma investigação que percorreu o caminho da elaboração de um discurso democrático como a construção de um nó que amarrou uma série de requisições relacionadas ao cuidado da vida a uma estratégia de governo biopolítica. Para tanto, analisou-se a produção de saber que permitiu realizar uma superposição entre as exigências emergentes ao longo do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil e a nova forma de governo emergente, mais especificamente, as cartilhas elaboradas pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), órgão do Conselho Federal de Psicologia que se detém a produzir referências para a atuação das Psicólogas e dos Psicólogos em Políticas Públicas. Como resultados, identificou-se que é preciso atentar às particularidades da sociedade brasileira a fim de compreender a instauração de uma biopolítica no Brasil, uma vez que, como se trata de uma sociedade diferente das sociedades, por assim dizer, desenvolvidas, os caminhos da instauração de uma biopolítica exigem que o poder trace também estratégias diferentes.

Palavras-chave: Psicologia. Políticas Públicas. Genealogia.

ABSTRACT

This paper discusses the process of introduction of Psychology in Public Policies in Brazil, from the democratic opening. Taking as reference the methodological framework of Foucault's archeogenealogy, it constituted an investigation that went the way of the development of a democratic discourse as the construction of a knot that tied a series of requests related to the care of life to a strategy of biopolitics government. Therefore, we analyzed the production of knowledge that allowed for an overlap between the emerging requirements over the Civil-Military Dictatorship period in Brazil and the new emerging form of government, more specifically, the materials prepared by the Technical Reference Center for Psychology and Public Policy (CREPOP), an agency of the Federal Council of Psychology that is responsible to produce references for the performance of Psychologists in Public Policy. As a result, it was found that it is necessary to pay attention to the particularities of Brazilian society in order to understand the establishment of a biopolitics in Brazil, since, as it is a different society from the so called developed ones, the ways of establishment of a biopolitics require that power also trace different strategies.

Keywords: Psychology. Public Policies. Archeogenealogy.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
CRP	Conselhos Regionais de Psicologia
GPME	Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	18
2.1	Um oásis discursivo no campo de batalhas.....	18
2.2	Como uma Psicologia politicamente comprometida pode vibrar na mesma frequência que propostas biopolíticas?.....	30
3	ALGUMAS QUESTÕES DE MÉTODO.....	37
4	O APARECIMENTO DE UMA FORMAÇÃO DISCURSIVA PARTICULAR NO CONTEXTO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA.....	50
4.1	Breves notas para uma arqueogenealogia das Políticas Públicas no Brasil pós ditadura Civil Militar.....	52
<u>4.1.1</u>	<i>O Concílio Vaticano II.....</i>	54
<u>4.1.2</u>	<i>A Reforma Sanitária.....</i>	56
<u>4.1.3</u>	<i>Movimentos sindicais.....</i>	57
<u>4.1.4</u>	<i>Pluralidade e abertura democrática.....</i>	58
5	PSICOLOGIA SOCIAL COMO CIÊNCIA DA DEMOCRACIA.....	61
5.1	As cartilhas do Conselho Federal de Psicologia.....	64
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo investigar a inserção da Psicologia nas Políticas Públicas, no Brasil. Entretanto, e diferentemente do que possa parecer inicialmente, o caminho a ser desbravado aqui não consiste em contar uma história geral de como a Psicologia vem se inserindo nas Políticas Públicas. O percurso que pretendemos desbravar consiste em interrogar uma suposta transformação sucedida no modo de se pensar e se fazer Psicologia, transformação, esta, cujas tonalidades e formas se realçam ao se focar a aproximação entre a Psicologia e as Políticas Públicas.

O processo de inserção da Psicologia nas Políticas Públicas amplifica e potencializa o impacto de uma certa forma de fazer Psicologia. Isso ocorre em função de uma espécie de continuidade que vem se construindo entre: 1. os discursos que defendem, sustentam, organizam, justificam e avaliam as Políticas Públicas; e 2. uma maneira específica de se fazer Psicologia.

As Políticas Públicas no Brasil hoje são incisivamente marcadas por uma espécie de discurso democrático que foi se formatando ao longo do período de Ditadura Civil-Militar, e contra ela. O objeto deste trabalho é compreender a inserção da Psicologia nas Políticas Públicas. Nesse caso, ao falar de Políticas Públicas considero as Políticas Públicas em que a Psicologia se insere.

Uma pontuação de método. As categorias Democracia e Políticas Públicas, tão caras a este trabalho, são tomadas aqui como uma incógnita = X. Benevides (2016, p. 268) aponta que “a pesquisa elege seu objeto, mas não sabe o que é esse objeto”. O sugere, então, um movimento de desconhecer o objeto. Entretanto, esse movimento não é fácil como parece: é mais difícil desconhecer um objeto que conhecê-lo. Isso se dá pela razão de que, ao iniciar a pesquisa, o pesquisador ou a pesquisadora já traz consigo uma série de suposições, valores e certezas os quais julga verdadeiros. O autor afirma que o faz alguém se interessar por um objeto de pesquisa é exatamente a sensação convicta de que poucos conseguiram ver o que o pesquisador ou a pesquisadora conseguiram. E é essa convicção que deverá ser abalada. A partir do momento em que essa convicção é abalada, é que passa a ser possível agir como se nada se soubesse. E, para tanto, é preciso anunciar as hipóteses. Não importa o quanto são intuitivas, ingênuas ou sagazes. É preciso anuncia-las e colocá-las à prova.

Neste caso, ao deparar com as categorias Políticas Públicas e Democracia (que não são categorias de que parto, mas categorias a que cheguei em um determinado momento), optei por agir como se não soubesse o que são. Esta pesquisa, assim, não parte das categorias

de Democracia, tampouco de Políticas Públicas. Essas são categorias que emergem quando me coloco diante das interrogações que dirigem este trabalho. O que anima o questionamento acerca da inserção da Psicologia nas Políticas Públicas é exatamente a quantidade de elementos não questionados que saltam aos olhos quando se anuncia, preconiza, dirige e legitima essa inserção. É comum se repetir que ainda não se sabe exatamente o que uma profissional ou um profissional de Psicologia faz ao se inserir nas Políticas Públicas. Sobre isso, um dado curioso: ao se buscar, no *Google Images*, pelos termos Psicologia e Políticas Públicas e pelo termo Psicologia Política, encontram-se imagens muito diferentes entre si. Enquanto a busca pelo termo Psicologia Política tem como resultados uma série de imagens de embate, com cores mais fortes, a busca pelos termos Psicologia e Políticas Públicas resulta em imagens de construções coletivas. De modo geral, quando se fala de Psicologia e Políticas Públicas, o que ganha visibilidade não é uma definição clara do que são Políticas Públicas e uma discussão política no sentido amplo, ou seja, no sentido de interrogar a ação do Estado que objetiva viabilizar a asseguarção dos direitos dos cidadãos e das cidadãs. O que não significa em absoluto que essa discussão não exista. Entretanto, embora, ao se inserir nas Políticas Públicas, a Psicologia se obrigue a realizar uma discussão política, a questão que ganha visibilidade é de outra ordem: *é a questão da criação de um novo campo de atuação e dos novos métodos que esse campo exige.*

Isso aparece a medida que, ao invés de interrogar o que são Políticas Públicas, como o Estado as define, a que interesses uma certa estratégia de organização das Políticas Públicas atende, ao invés dessa interrogação, a interrogação que ganha visibilidade é: o que faz a psicóloga ou o psicólogo nas Políticas Públicas? E somente ao responder essa questão, a discussão política aparece, como uma justificativa ético-política para essa inserção – não é à toa, por exemplo, que o primeiro tópico das Cartilhas analisadas nesta pesquisa seja o eixo ético-político. É aí que se elabora a justificativa para a inserção da Psicologia nas Políticas Públicas.

Assim, ao invés de as Políticas Públicas aparecerem como um objeto de uma pesquisa da Psicologia quando esta se volta para as questões políticas de modo geral, o que ocorre é que as Políticas Públicas se transformam em um campo incipiente de atuação da Psicologia, no qual esta se insere e com o qual ela deve colaborar, fazendo funcionar as Políticas Públicas, e não as questionando, uma vez que se reitera, naqueles textos, a importância de defender a Democracia.

E é nesse ponto que certos elementos aparecem de maneira que chama atenção. Inicialmente, porque as Políticas Públicas são entendidas como um campo de atuação da

Psicologia, criando uma espécie de limitação redundante: as Políticas Públicas não aparecerão como um objeto que deve ser teorizado e definido, conceituado, o que abriria espaço para uma elaboração de saber radical que tomaria como objeto o modo como o Estado procede com relação aos cidadãos. Diferentemente disso, tratar-se-á de um campo já existente e inquestionado que se abre para a inserção dos e das profissionais de Psicologia. Neste caso, nesta pesquisa, as Políticas Públicas não aparecem como um ponto de partida, uma coordenada fixa a partir da qual é possível localizar outros elementos, mas se trata simples e redundantemente do campo em que a Psicologia se insere quando ela anuncia que se insere em Políticas Públicas.

Deste modo, as Políticas Públicas se tornam, neste texto, um espaço indefinido e em vias de definição. E essa definição se dá à medida que a Psicologia elabora novas (ou não tão novas) tecnologias para responder à questão: o que faz o psicólogo e a psicóloga nas Políticas Públicas? Um dos elementos que aparece então são as cartilhas elaboradas pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), órgão do Conselho Federal de Psicologia criado com o intuito de desenvolver pesquisas sobre a atuação das psicólogas e dos psicólogos nas Políticas Públicas e nortear essa atuação.

Uma breve digressão tomando um pouco da situação do CREPOP. O CREPOP é um espaço que foi gestado e veio à luz durante a gestão *Cuidar da Profissão*. E, sendo um espaço de produção de saber desenvolvido dentro de um órgão criado durante a Ditadura Civil-Militar, com o intuito de fiscalização do exercício profissional, mas que sentiu a necessidade de se reorganizar a partir do fim da Ditadura, ganhando, de certa forma, o status de lugar que exerce a representação da categoria; trocando em miúdos, sendo um espaço de intimidade entre saber e poder, tem como correlato imediato o fato de ser palco de uma série de disputas, nas quais, alguém sempre será privilegiado e alguém sempre será relegado ao esquecimento.

A gestão seguinte, *Fortalecer a Profissão*, tendo objetivos diferentes, se posicionou de maneira diferente frente ao CREPOP. E isso foi encarado pelas psicólogas e pelos psicólogos como uma postura de sucateamento do CREPOP – de modo que houve no Congresso Nacional de Psicologia uma manifestação em defesa do CREPOP.

Assim, o CREPOP aparece como um espaço que efetivamente realiza uma modificação nos modos de fazer Psicologia, e uma modificação importante. A partir do momento em que é visto como algo que pode (e talvez, até deva) ser esquecido por um grupo de psicólogas e psicólogos, é, também, visto por outro grupo da mesma categoria como um espaço importante de ser mantido, sugerindo que há realmente algo que se transforma com a

existência do CREPOP. Esse embate aponta a singularidade do CREPOP e justifica a manutenção desse espaço como corpus dessa pesquisa.

Retornando à discussão anterior, o procedimento realizado com relação à categoria das Políticas Públicas deve também ser realizado com relação à categoria Democracia. A Democracia não é algo do que se parte aqui, mas é um elemento em que se esbarra. E ao esbarrar em tal elemento, o que percebo não é que estou de frente a uma elaboração acerca do que é verdadeiramente a Democracia, ou não. Estou simplesmente diante de uma série de mecanismos e estratégias de governo que aprendemos a chamar de Democracia, por esta ter sucedido a uma ditadura. Deste modo, reitero a questão de método já citada: Democracia e Políticas Públicas aqui são categorias misteriosas, e adotarei a postura de conduzi-las como se nada soubesse sobre elas. No entanto, suspeito que, no contexto de atuação das Políticas Públicas as psicólogas e psicólogos fingem que tudo sabem sobre essas categorias, exatamente para desqualificar o trabalho de interrogar o que são.

De modo rasteiro, as Políticas Públicas nas quais a Psicologia vem se inserindo são os serviços construídos para efetivar a asseguuração dos direitos preconizados pela Carta Magna (BRASIL, 1988). Para isso, o documento trata de atender às diversas reivindicações que foram levantadas (e violentamente silenciadas) no período ditatorial – sendo, assim, o horizonte para a proposição, efetivação e avaliação das Políticas Públicas. Deste modo, no interior dessas políticas, ecoam, desarmonizadamente, diversas requisições e interesses que ascenderam à visibilidade ao longo do período de lutas contra a Ditadura.

E, na Psicologia que é realizada no Brasil, a ruptura com o regime militar e a reabertura democrática são anunciadas como um marco. É comum nos textos que se detém sobre a temática da intervenção da Psicologia no contexto das Políticas Públicas, e sobretudo, nos textos de Psicologia Social a associação entre a abertura democrática e uma ruptura político-epistemológica no campo da Psicologia. O texto de Coimbra (1995), assim como os artigos levantados por Vieira (2014), as cartilhas publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia sobre a inserção da Psicologia nas Políticas Públicas e outros textos, como é o caso do texto *A produção do fracasso escolar*, de Patto (1999) falam de uma Psicologia tradicional, cujo papel foi corroborar com o regime totalitário de modo geral e com as diversas e capilares formas de sujeição, de modos específicos. E falam também de uma nova Psicologia, que se propõe a não mais promover tais formas de sujeição, mas, precisamente, ao contrário disso: a proposta é fazer uma Psicologia contra a opressão, comprometida com a transformação da sociedade, com o fortalecimento da cidadania e a emancipação do sujeito de direito.

Entretanto, cabe aqui realizar algumas pontuações referentes ao poder. A atenção à temática do poder conduz à compreensão de que o poder não é uma coisa que se detém, não é uma propriedade, mas se exerce na forma de uma estratégia, com uma série de táticas. E nesse caso, o que se encontra ao desenvolver a pesquisa que busca interrogar o poder é uma série de relações tensas, ao invés de privilégios detidos (FOUCAULT, 1979). O exercício do poder não se dá somente na sua forma negativa, opressora, limitadora, totalitária, mas também, e principalmente em sua forma positiva e produtiva. O poder não é só aquilo que diz não, que impede e dificulta certas formas de existência, mas se exerce de maneira muito mais efetiva quando determina as possibilidades da existência, é dessa forma que se capilariza. Além disso, o saber não é algo que só se produz distante das relações de poder, ao contrário, o saber é produzido pelo poder. É na forma do saber que o poder se legitima, não existe poder sem saber, tampouco saber sem poder, e nesse caso, as relações entre os saberes são relações de disputas e de potencialização e legitimação de certas formas de exercício do poder.

O poder não se funda em si mesmo e não se dá a partir de si mesmo. Se preferirem, simplificando, não haveria relações de produção mais- ao lado, acima, vindo a posteriori modificá-las, perturba-las, tomá-las mais consistentes, mais coerentes, mais estáveis mecanismos de poder. Não haveria, por exemplo, relações de tipo familiar que tivessem, a mais, mecanismos de poder, não haveria relações sexuais que tivessem, a mais, ao lado, acima, mecanismos de poder. Os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações, são circularmente o efeito e a causa delas, mesmo que, é claro, entre os diferentes mecanismos de poder que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinações hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas, efeitos encadeados que permitem percorrer de uma maneira ao mesmo tempo lógica, coerente e válida o conjunto dos mecanismos de poder e apreende-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado (FOUCAULT, 2008, p. 4).

Deste modo, essa compreensão dos mecanismos de poder pode dar início a uma certa análise social. A medida que esse posicionamento frente ao poder possibilita visualizar, além de rupturas, também certas continuidades entre o exercício de um poder mais tendente à hegemonia e as relações micropolíticas. Assim, a posição assumida consiste em interrogar as estratégias que possibilitam a formação de hegemonias e de consensos, o exercício do poder e as sujeições; e, por ventura e sorte, as resistências.

Levando isso em consideração, é preciso pontuar que as Políticas Públicas não são somente a brilhante resposta aos sofrimentos impostos pelo governo ditatorial, mas elas estão profundamente relacionadas a uma nova forma de exercício do poder, na sua manifestação mais caricata e elementar: trata-se, aqui, da instauração da Democracia, uma forma de governo diferente da estabelecida anteriormente e que ainda hoje parece precisar ser defendida com unhas e dentes. As Políticas Públicas também são instrumentos de uma forma

de exercício do poder que se concretiza através da entrada da vida na política, a saber, a biopolítica (conceito cunhado por Michel Foucault). E ao se aproximar das Políticas Públicas e colaborar com a sua elaboração, proposição e efetivação, a Psicologia se insere nesse governo e colabora com ele – apesar de que, para isso, essa Psicologia precisa se justificar ética e politicamente, como um saber que opera com intenção de promover resistência. É afirmado reiteradamente o interesse por participar das Políticas Públicas e colaborar com sua proposição, planejamento, execução e avaliação por parte da Psicologia nas cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia que se detém sobre a temática.

Assim, este trabalho se propõe a produzir uma arqueogenealogia da inserção da Psicologia nas Políticas Públicas, com o intuito de compreender como se dá essa associação entre essa nova Psicologia comprometida com a transformação da sociedade e a reconfiguração de uma biopolítica.

É preciso chamar atenção para alguns elementos dessa questão. Conforme brevemente explicitado acima, não há poder sem saber, tampouco saber sem poder. Entretanto, a Psicologia inserida nas Políticas Públicas é um saber que anunciadamente e intencionalmente se coloca no lugar de lutar contra opressões e sujeições. Assim, me parece relevante interrogar a estratégia dessa luta. Então, me parece que a pergunta: “como se dá essa aproximação entre a Psicologia e as Políticas Públicas?” é uma pergunta que anima de modo geral essa pesquisa. Isso porque essa pergunta possibilita visualizar o que se produz a partir da estratégia elaborada pela Psicologia para realizar a sua promoção da resistência.

Para a realização desta investigação, realizamos um levantamento das cartilhas produzidas pelo CREPOP, órgão do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que produz pesquisas sobre a inserção da Psicologia nas Políticas Públicas.

O que vemos desenrolar a seguir é um trabalho-deslocamento. As questões colocadas a princípio precisaram ser deslocadas para ganharem forma. O que é um projeto de pesquisa? É um texto com a intenção de descrever o que se tem a intenção de realizar no período da pesquisa. Mas não é somente isso. Trata-se também de um texto que descreve uma série de intenções que não se vão se realizar da maneira proposta longo do período da pesquisa. E é aí que se visualiza o deslocamento, o desconhecimento, a desfamiliarização.

Em uma pós-graduação, muitas coisas estão em jogo: a produção de novas informações; a produção de formas de condução do saber; a produção de uma posição com relação ao saber; e a produção de uma relação consigo mesmo. A questão das novas informações é correlata direta à pesquisa, que trata exatamente da produção de novos saberes. A produção de formas de condução do saber diz do método que se emprega para comunicação

do saber – seja sob a forma escrita da dissertação, seja sob outras formas de exposição e de debate tais como aulas, seminários, apresentações em congressos, etc. A produção de uma posição com relação ao saber diz de um modo de se portar frente ao limite do saber, porque o que o pesquisar evidencia ao pesquisador é o limite do saber, é o lugar onde o saber ainda não chegou. A produção de uma relação consigo mesmo diz da elaboração destes posicionamentos.

E todas essas questões são particularmente relevantes aqui porque a pesquisa que desenvolvi se desenrolou sob o referencial foucaultiano. Trata-se de uma pesquisa que toma como objeto um campo de saber – a Psicologia, não se furtando à tarefa de debater sobre os mecanismos de poder que a sustentam e configuram.

Trabalhar sob a referência de Michel Foucault é uma experiência. É o tipo de trabalho que exige uma transformação do modo como se concebe o saber e, conseqüentemente, a pesquisa e a escrita. Sendo o saber um dos temas centrais e transversais de sua obra, ele aparece totalmente deslocado. Ora, se o procedimento padrão da pesquisa é *interrogar ao saber* (todas as informações sobre um tema, todas as informações sobre o método, todas as informações sobre qualquer coisa), o trabalho com Foucault, por outro lado, *interroga o saber*, o coloca no lugar do objeto, retira-o do horizonte geral e consensual da bússola da verdade e o põe no banco dos réus. O saber não é aquilo a que eu recorro como referência, mas sim aquele objeto sobre o qual é preciso saber de outro modo. O saber não é aquilo que eu preciso construir, nem fundamentar, mas aquilo contra o que é preciso se insurgir – ao menos por um momento e para dadas finalidades sempre específicas. O desafio, entretanto, consiste em se desvencilhar das formas através das quais estamos acostumados a lidar com o saber: colocar em questão todos os aspectos da pesquisa. Onde as orientações dizem “esses são seus pressupostos, seus fundamentos, a partir daqui você pode conduzir sua pesquisa”, justamente aí é necessário colocar um ponto de interrogação.

É preciso repor em questão essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, no mais das vezes, admite-se antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de ligar entre si os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las valer espontaneamente, aceitar tratar apenas, por cuidado de método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos (FOUCAULT, 2014b, p. 26).

Esse tem sido o grande desafio nesse percurso. Isso porque a elaboração de um “bom” projeto de pesquisa, de acordo com a normativa acadêmica usual, consiste em seguir os

passos já estabelecidos: fundamentar, recorrer a um clássico, mapear as últimas informações, submeter-se a um método.

Nesse sentido, foi preciso reinventar o olhar, reinventar o problema, reinventar o método – e eu diria, sem exagero, reinventar a vida. Assim, o texto que se segue, é uma espécie de desenho do processo de configuração da problemática que emerge quando nos apropriamos do tema da inserção da Psicologia no campo das Políticas Públicas a partir de um olhar inspirado em Michel Foucault. Pesquisar na companhia de Foucault é realizar uma pesquisa desterritorialização. E nesse sentido, eu gostaria de apresentar um pouco do processo de elaboração da problemática da pesquisa – processo que não foi anterior ao processo de pesquisa, ao contrário, foi o próprio caminho. Ou melhor, foi o modo como pude sair d’o” caminho - desterritorializar.

2 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.1 Um oásis discursivo no campo de batalhas

A Psicologia é constituída por uma série de saberes múltiplos e divergentes entre si, sob os mais diversos aspectos. Trata-se de um campo de batalhas. Figueiredo (1991, p. 11) faz referência a essa conjuntura sob o signo de uma “crise permanente” em que viveria a Psicologia, ao lado de outras ciências humanas. Foucault (2011) também destaca, ao discutir o papel específico desempenhado pela pesquisa no caso particular da Psicologia, que a pesquisa se faz contra uma forma estabelecida do saber. Para este autor, a característica marcante da pesquisa em Psicologia reside no fato de que o que a pesquisa realiza não é, senão, um apontamento do limite de uma racionalidade já estabelecida.

Figueiredo (1991) localiza a emergência da Psicologia no bojo dos encaminhamentos dados às questões referentes ao lugar específico que o sujeito e a subjetividade passam a ocupar, com o advento da Modernidade. Ele aponta o caráter paradoxal atribuído ao sujeito, quando da elaboração do tema da fundamentação do conhecimento. E esse caráter paradoxal consiste em, por um lado, uma compreensão de que o sujeito é o senhor da natureza, podendo e devendo dispor dela pela via do conhecimento; e por outro lado, no fato de que a subjetividade é, precisamente, o elemento que atrapalha o conhecimento.

Cabe explorar um pouco mais detalhadamente essa questão. Figueiredo (1991) fala do modo específico como a questão do conhecimento é colocada na gênese da Modernidade. Há uma substituição paulatina de uma razão contemplativa, caracterizada pela busca dos fundamentos absolutos do conhecimento, por uma razão instrumental, na qual o que está em jogo não é mais o fundamento absoluto, e sim a possibilidade de operar e transformar o mundo, de dominá-lo e submetê-lo ao controle do homem. É o sujeito-senhor-da-natureza que faz experimentos com uma finalidade estabelecida que nasce dessa transformação.

Entretanto, esse mesmo sujeito-senhor-da-natureza encontra um empecilho em seu caminho em direção à verdade: a subjetividade. Produzem-se várias críticas aos elementos que são considerados subjetivos. Razão e experiência sensível serão colocadas sob suspeita, em uma tentativa de neutralizar a subjetividade no processo de conhecimento. O corolário da razão instrumental é a suspeita sobre subjetividade. Para Figueiredo (1991), o problema colocado pela subjetividade será o ponto de interseção tanto das questões epistemológicas e metodológicas quanto de um projeto de Psicologia, enquanto ciência do subjetivo.

Assim, cabe à Psicologia tentar submeter ao controle científico precisamente aquilo que é radicalmente hostil à disciplina da ciência: a subjetividade. O interesse que anima a ciência psicológica é assegurar o controle da subjetividade, para, deste modo, assegurar uma fundamentação da ciência de modo geral. Todavia, como a subjetividade é esse elemento que atrapalha a produção do saber, ao investigar a subjetividade, a Psicologia só descobre motivos para suspeitar de si mesma.

Como consequência dessa revolução infinita, a Psicologia é obrigada a renunciar à aspiração de seguir um desenvolvimento paralelo às outras ciências, em direção à verdade. Cada avanço da ciência psicológica consiste, precisamente, na descoberta de mais um elemento sobre o qual deve recair a suspeita. Constitui-se, então, um campo de saber no qual, ao invés de se desbravar um caminho seguro para a verdade, produzem-se várias perspectivas teórico-metodológicas que não realizam, senão, acusações contra si mesmas. É esse caráter negativo da pesquisa em Psicologia que a singulariza frente à pesquisa científica de modo geral, de acordo com Foucault (2011). O movimento da pesquisa psicológica “é o de uma verdade que se desfaz, de um objeto que se destrói, de uma ciência que só busca desmistificar-se” (FOUCAULT, 2011, p. 137).

Ao discutir o caso da psicanálise, Foucault (2011) conduz seu pensamento no sentido de mostrar como a elaboração de uma Psicologia do inconsciente cria margem para um questionamento acerca das várias Psicologias da consciência.

[...] a descoberta do inconsciente transforma em objeto da Psicologia e tematiza em processos psíquicos os métodos, os conceitos e, por fim, todo o horizonte científico de uma Psicologia da consciência. À luz dessas pesquisas, esta aparece como conduta de defesa contra o inconsciente, como recusa em reconhecer que a vida consciente é dominada pelas ameaças obscuras da libido, em suma, como reflexão censurada [...] o progresso da pesquisa em Psicologia não é um momento no desenvolvimento da ciência, é o desarraigamento perpétuo das formas constituídas do saber [...] (FOUCAULT, 2011, p. 121).

Ou seja, quando um problema é produzido pela Psicologia, a pesquisa que se dedica a ele termina por apontar os limites da própria Psicologia, numa primeira instância, e, em segunda instância, termina por apontar os limites da própria razão. A produção de saber em Psicologia, o desenvolvimento da pesquisa, se caracteriza por criar novos critérios de suspeita, por colocar em xeque o saber já estabelecido. É, então, característico e constitutivo da Psicologia uma diversidade teórico-metodológica beligerante e, ao fim e a cabo, autodestrutiva.

Entretanto, e creio que isto cumplicia com os propósitos de Foucault e também de Figueiredo (1991), cabe chamar atenção para o plano sobre o qual apoiam-se as diversas

Psicologias. Em *Vigiar e Punir*, de Foucault (1999), se propõe a investigar se há uma matriz comum que permita aproximar a história do direito penal (particularmente, a mudança que ocorre no que concerne a uma economia da punição) e a história das Ciências Humanas. Por essa via, argumenta que as mudanças ocorridas nas formas da punição, no fim do século XVIII e início do século XIX, como o desaparecimento do suplício e o fim do domínio sobre o corpo pela via da violência física, diferentemente do que se anunciaria, não se trata de um processo de “humanização” ou de evolução da consciência ética. Não se trata de suprimir o horror em que consiste o espetáculo do suplício, mas se trata da aparição de uma nova organização do poder. Se o poder se desinteressa pela ação violenta que incide diretamente sobre o corpo, isso só se deu porque o poder passou a investir no corpo para, por meio dele, atingir a *alma*.

A intenção de que se possa agir sobre a alma, tomando por intermédio uma ação sobre o corpo, é o que se desvela quando se fala em interesses tais como a ressocialização, a possibilidade de curar, a ideia de que a pena não se encerre na punição mas possibilite uma transformação subjetiva do condenado de modo que ele não volte a cometer crimes. As formatações que a penalidade assume (prisão, reclusão, trabalho forçado, interdição de domicílio e a deportação, por exemplo), apesar de serem penas físicas, só atingem o corpo como intermediário para suprimir a liberdade (considerada um direito e um bem). Se a justiça precisar atingir o corpo, o fará à maior distância possível. Para assegurar essa distância, surgem uma série de novos técnicos (dentre os quais o psicólogo e a psicóloga) que, ao lado do condenado, asseguram que objetivo da pena não se reduza a infligir dor. Aliás, a utopia desse sistema penal é matar sem causar dor – no caso das penas de morte, a aplicação de tranquilizantes, por exemplo.

Assim, se é necessário atingir a alma, também é necessário acionar a produção de um saber que possibilite atingir a alma, um saber sobre o humano, as Ciências Humanas e, dentre elas, a Psicologia. Assim, a Psicologia, disciplina científica, nasce não como uma consequência de um trabalho epistemológico anterior, mas da observação minuciosa disciplinar que, simultaneamente, produz uma forma específica de intervir na experiência de si, produz esse “indivíduo” do qual nos falamos e produz os meios para a um saber correlato à emergência desta “realidade” – a realidade individual ou subjetiva (nesse contexto é desimportante a diferença).

Levando isso em consideração, é preciso pontuar que apesar da situação bélica do campo psicológico, as condições relacionadas à sua emergência apontam para o regime de poder em que a Psicologia se insere, fornecendo as ferramentas para o exercício do poder. Ou,

quando consideradas as relações de poder, a Psicologia parece abrandar seu caráter fragmentário e assumir um papel específico frente aos mecanismos de poder.

Em Psicologia, Diferença e Epistemologia: percorrendo os (des)caminhos de uma constituição paradoxal, Benevides (2013) aprofunda um pouco essa discussão. Ele afirma, em diálogo com Foucault, Derrida e Safatle que, a Psicologia é mais que uma instância normalizadora, mais que uma série de procedimentos que visam a privilegiar uma certa forma de existência. O que a Psicologia realiza, efetivamente, muito além disso, é o seguinte: “ela [a Psicologia] será uma instância privilegiada no próprio movimento de traçar os contornos dessa figura” (BENEVIDES, 2013, p. 470).

O homem, o humano, o sujeito, a subjetividade são invenções. Invenções intimamente relacionadas ao poder. Gostaria aqui de acompanhar a análise de Benevides (2013). O autor traz para diálogo Foucault e sua análise de que a Psicologia nasce a partir de uma tentativa de controlar as contradições do homem: os elementos de uma *anormalidade* servindo de parâmetro para a constituição de uma *normalidade*. “O Homem” constituirá, portanto, um movimento de transcendência que intenta romper com o plano da imanência (DELEUZE, 1996) e, “desse modo, erige-se como ideal regulatório dos homens concretos e empíricos que acontecem no mundo” (BENEVIDES, 2013, p. 479).

Ele prossegue afirmando, agora em diálogo com Wladimir Safatle (BENEVIDES, 2013, p. 469), que o projeto de substancialização do homem é um projeto político e terapêutico. O terapêutico, nesse caso, seria um “movimento de segunda ordem”, que objetiva submeter a contradição fundamental da Psicologia, superando a contradição do homem. Assim, o movimento realizado pela Psicologia é o movimento de instrumentalização da vida. Entretanto, prossegue Benevides, o movimento de domesticação do homem, de instrumentalização da vida, de compreensão da existência em termos do que *deveria ser* e, principalmente, em termos da elaboração de um método que permite atingir o que *deveria ser*, esse movimento ocorre na medida em que o interesse em jogo é o interesse em produzir um saber científico. E, para isso, é preciso identificar quais justificativas a Psicologia elabora para realizar seu *movimento de segunda ordem*. É nesse momento que a epistemologia se aproxima da Psicologia.

Ainda de acordo com Benevides (2013), as psicotécnicas estarão no princípio da Psicologia e, em um movimento de justificação e legitimação, a Psicologia pede socorro à epistemologia a fim de poder continuar com a aplicação de suas psicotécnicas.

Assim, a Psicologia não deve ser considerada (como usualmente o é por um pensamento crítico e denunciante que não consegue colocar em perspectiva o

surgimento da forma “homem”) meramente como uma instância de normalização, sujeição e controle *dos homens*; mas, antes de tudo, como uma instância de normalização, de sujeição de controle *através da constituição da figura “homem”* (BENEVIDES, 2013, p. 470, grifo do autor).

E então, a história passou a ser contada como se, na Psicologia, houvesse se desenvolvido um trabalho epistemológico que assegurou seu desenvolvimento prático. Todavia, Benevides chama atenção para um elemento que deve ser explorado: o momento de recorrência à epistemologia não será o ponto de *unificação* da Psicologia, e sim o ponto de *dispersão*, constituindo o que Canguilhem (1973) chamou de pacto de coexistência pacífica entre as diversas Psicologias. De acordo com Benevides (2013), ao se referir à palestra proferida por Canguilhem (1973), intitulada “O que é a Psicologia?”, o elemento que sustentaria a unificação das Psicologias seria a sua função de instrumentalização da vida:

Se essas imagens de conhecimento, de homem e de mundo arquetam-se no plano teórico e epistemológico como justificação das psicotécnicas, o que sustentaria a unificação das psicologias é precisamente a sua condição de *instrumento da instrumentalização do homem*, ou seja, a dimensão funcional e pragmática da produção de “efeitos” oriundos da aplicação de técnicas psicológicas (BENEVIDES, 2013, p. 471, grifo do autor).

Deste modo, o desenvolvimento da Psicologia nada teria de paradoxal ou de contraditório. Fundada na tentativa de controle da existência, a Psicologia se constitui ciência ao convidar a epistemologia a disfarçar sua intenção:

O agenciamento “Psico-logia” aparece, assim, num movimento de constituição que, se devidamente clareado, nada tem de paradoxal em seus mecanismos: *se seu subsolo fundamental é a instrumentalização do homem, via de unificação pragmática da Psicologia, seu enfeite mais importante é a Epistemologia, meio de diferenciação teórica das Psicologias* (BENEVIDES, 2013, p. 472, grifo do autor).

Assim, a Psicologia é esse campo de dispersão cuja unidade só pode ser percebida à medida que se tem como horizonte uma discussão em termos de poder.

Ao longo dos últimos anos, os postos de trabalho em Políticas Públicas no Brasil têm se ampliado para a Psicologia. E a Psicologia tem passado por algumas transformações. A partir da reabertura democrática, lugares hegemônicos da Psicologia foram deslocados, interrogações novas foram levantadas. Gostaria de explorar um pouco deste contexto considerando dois elementos: 1. A redemocratização brasileira; 2. A chamada crise de relevância da Psicologia Social, que teve como consequências o desenvolvimento de uma série de críticas a certo modo de fazer Psicologia Social, bem como a construção de uma nova proposta de Psicologia Social.

Sobre a Psicologia Social, cabe uma pontuação. A Psicologia Social é uma disciplina que ocupa um lugar curioso, uma vez que há uma confusão acerca de que lugar é esse. A Psicologia Social, em alguns lugares é considerada um saber independente da Psicologia. É possível observar isso à medida que há graduações específicas em Psicologia Social, e pós-graduações que não exigem uma graduação em Psicologia. Na Espanha, é mais comum que sociólogos se especializem em Psicologia Social que os psicólogos. Trata-se de um campo realmente distinto da Psicologia. Inclusive, essa é compreensão apresentada por Stralen (2005) acerca da discussão sobre a consideração, pelo Conselho Federal de Psicologia, da Psicologia Social como uma especialidade.

Em 2003, o Conselho Federal de Psicologia reconheceu a Psicologia Social como uma especialidade da Psicologia. E isso gerou uma série de discussões. As discussões se encaminhavam no sentido de apontar que esse reconhecimento se dava simplesmente por um interesse de mercado (RODRIGUES, 2005; STRALEN, 2005). De assegurar vagas para psicólogos e psicólogas, produzindo serviços consumíveis. Rodrigues (2005), por exemplo, encaminha essa discussão de maneira particularmente interessante. Ao apontar que a especialização da Psicologia Social certamente não teria como efeito mais imediato uma espécie de colonização definitiva do pensamento em Psicologia Social, ou em suas palavras: “aqueles psicólogos que ‘metem o social em tudo’ prosseguirão, alegremente contra-especialistas e indisciplinados” (RODRIGUES, 2005 p. 86), não se furta de interrogar os demais efeitos desta especialização:

[...] tal registro a desloca do plano da produção de uma multiplicidade de ações analítico-críticas para o de um produto a ser meramente registrado-consumido nos mercados profissionais e acadêmicos do mundo contemporâneo. Para tanto, fez-se necessário, inclusive, desconsiderar a história da Psicologia Social no Brasil, ao afirmar ser o novo especialista aquele que “promove a problematização e construção de proposições que qualificam o trabalho e a formação no campo da Psicologia Social”. Arrogando-se o começo de tudo, a Psicologia Social tornada especialidade se faz, portanto, um novo produtor de esquecimento-desconhecimento (RODRIGUES, 2005, p. 86).

Acerca desta discussão, cabe, então, elencar três formas de compreender a Psicologia Social, em sua relação com a Psicologia. A primeira, já apresentada, diz de um campo de saber específico, distinto e independente tanto da Psicologia quanto das Ciências Sociais. A segunda seria um correlato da seguinte afirmação: o homem é um ser social. E nesse caso, a Psicologia seria sempre Psicologia Social. E então, caberia a pergunta, neste caso, qual é a razão de que se estabeleça uma delimitação entre Psicologia e Psicologia Social? Qual seria a função das disciplinas de Psicologia Social em um curso de Psicologia?

A Psicologia Social é Psicologia? Assim como se pergunta: A Psicanálise é Psicologia? A Análise do Comportamento é Psicologia? Essas questões cobram sentido à medida que tratam da invenção dos objetos no horizonte da Psicologia. Nesse caso, Psicologia Social funcionaria uma abordagem dentro da Psicologia. A terceira seria a consideração do Social como um campo de intervenção, e neste caso, a Psicologia Social seria a Psicologia que se dedica a pensar o contexto social – assim como a Psicologia escolar se dedica a pensar o contexto escolar. Nesse caso, Psicologia Social seria um campo de intervenção da Psicologia.

Pois bem, neste trabalho, interessa compreender essa Psicologia Social que se faz enquanto campo de intervenção. A Psicologia Social considerada a mais adequada aos trabalhos desenvolvidos nas Políticas Públicas. A Psicologia Social que nada mais é do que a Psicologia que, ao se inserir nas Políticas Públicas, se obriga a responder à questão: afinal, o que faz a psicóloga ou o psicólogo nas Políticas Públicas? Do mesmo modo como a Psicologia Escolar tem como interrogação: Afinal, o que faz a psicóloga ou o psicólogo na escola? Essa Psicologia que se insere nas Políticas Públicas, sem, no entanto, toma-las como objeto, e sim, simplesmente como contexto de atuação – e então, deixa de interrogar este contexto. Assim, trato da Psicologia que é efeito desse processo de transformação da Psicologia Social em uma especialidade, em um campo de atuação.

Após essa pequena, porém importante, digressão, volto agora à discussão acerca dos dois elementos a partir dos quais balizo esta pesquisa, ao menos, em princípio: a redemocratização e a crise de relevância da Psicologia Social. A eleição desses dois elementos tem a ver com o fato de que, de um lado, o modo como se deu a redemocratização influencia profundamente a construção das Políticas Públicas; do outro, a crise de relevância da Psicologia Social vai deixar suas marcas no modo como a Psicologia vai se inserir nas Políticas Públicas. Por exemplo, os currículos dos cursos de Psicologia vêm sendo alterados de modo a deslocar a centralidade das disciplinas clínicas e abrir espaço para a discussão das disciplinas de Psicologia Social.

A partir de 1964, o Brasil foi palco da Ditadura Civil-Militar – período que se estendeu até a década de 1980 e no qual houve muita resistência, silenciada com sangue e violência. A efervescência política do período e o descontentamento com diversos problemas sociais fizeram eclodir uma série de movimentos sociais, como a Reforma Sanitária e a Reforma Psiquiátrica, Movimentos Sindicais, entre outros, que ganharam força e conseguiram ter algumas de suas reivindicações atendidas, especialmente a partir da abertura democrática – o que pode ser notado nas características da Constituição de 1988, marcada por um esforço de

assegurar o controle e a participação social e garantir direitos básicos à população (educação, saúde, previdência).

A Psicologia Social assistiu, ao longo da década de 1970, à sua Crise de Relevância. Uma série de questionamentos foram, então, assumidos pelos psicólogos sociais, no que se refere às suas produções. Lane (1989b) e Rodrigues (1989) apontam que a conjuntura política daquela década (guerra fria, guerra do Vietnã, eventos de maio de 1968) trouxe consigo uma sensação de frustração e de impotência para os psicólogos e as psicólogas sociais, que viam sua produção fracassar mediante tantas mazelas sociais. De acordo com Rodrigues (1989, p. 121):

A crise de relevância foi deflagrada pela convicção de que os psicólogos sociais estavam se dedicando a tarefas triviais e alienadas da realidade social, ao invés de dedicarem-se à solução dos problemas sociais que nos preocupam. Dependendo do extremismo e da exaltação de cada crítico, os que atacaram o *status* quo variavam desde uma mera preocupação com a necessidade de tornarem-se os conhecimentos da Psicologia Social mais orientados para as necessidades sociais (no sentido de pesquisa-ação de que nos falava Lewin), até um virulento e destrutivo libelo contra toda atividade desenvolvida pelos psicólogos sociais até então. (RODRIGUES, 1989, p. 121)

Tais acontecimentos se destacam porque a crise de relevância da Psicologia Social consistiu no atravessamento desse saber pelas questões levantadas pela conjuntura política do momento – cabendo aqui salientar que uma das questões que ganhou visibilidade então foi aquela referente à capacidade autodestrutiva do superdesenvolvimento da ciência. As questões epistemológicas passam a ser vistas com uma certa desconfiança e como forma de mascarar ou subvalorizar as questões políticas, ao passo em que são enfatizados os efeitos que o superdesenvolvimento da técnica produziu (as grandes guerras e o nazismo, por exemplo); e, assim, questões políticas assumem a centralidade dos debates. O avanço técnico científico, entretanto, prosseguia sob uma velocidade maior que uma reflexão ético-política desse avanço. A apropriação que Lane (1989b) realiza de uma perspectiva materialista histórica e dialética lhe possibilita deslocar a discussão do âmbito da epistemologia para o da política. O conhecimento é efeito de um contexto social, histórico e político. O sujeito é efeito de um contexto social, histórico e político. Nesse caso, a produção de um saber sobre o homem, sendo efeito de contingências históricas, deve levar em consideração tais contingências e transformá-las. Assim, a Psicologia Social que se desenvolveu a partir de então assume como ponto de partida o contexto social brasileiro, dialogando com as reivindicações sociais e políticas do Brasil naquele momento, buscando transformar essa realidade. Ora, qual era o

contexto político do Brasil, no momento? De modo geral e transversal, a transição de um regime ditatorial para um regime democrático.

A discussão política inaugurada por Silvia Lane na Psicologia Social brasileira entra em ressonância com outras diversas vozes que lutavam contra a ditadura, realizando uma série de críticas à Psicologia em seu caráter reprodutivo de um sistema de opressão (ao invés de uma transformação emancipadora), individualista e burguês (LIMA, 2009). Cabe salientar que, uma vez que a Psicologia Social germinada por Silvia Lane se caracteriza por partir de uma realidade política objetivando transformar essa realidade política, passa a se estabelecer um diálogo intenso entre essa Psicologia Social e a discussão em torno da redemocratização. E o desenvolvimento deste trabalho crítico atravessa toda a Psicologia, quando esta se insere nas Políticas Públicas. Ora, se as Políticas Públicas se elaboraram a partir das reivindicações dos diversos movimentos sociais que eclodiram ao longo da Ditadura Civil-Militar, e se essas reivindicações são também a matéria-prima da Psicologia Social emergente, então muitos elementos relevantes para a Psicologia Social são também elementos relevantes para a elaboração, proposição, execução e avaliação das Políticas Públicas. Ao se inserir nas Políticas Públicas, a Psicologia de modo geral se obriga a responder às questões levantadas pela Psicologia Social – não como se responde a questões teóricas, mas como se os elementos levantados pela Psicologia Social fossem também os elementos estruturais das Políticas Públicas, e por isso, por serem elementos estruturais de um campo de intervenção, não pudessem ser questionados.

Cabe ainda pontuar que as questões levantadas como bandeira pela Psicologia Social naquele momento não são questões específicas da alçada da Psicologia Social. São questões que emergem a partir de uma série de acontecimentos de ordem política e atravessam de modo muito amplo variados saberes. Entretanto, o modo como a Psicologia Social se organiza enquanto saber consiste em assumir para si a tarefa de encaminhar essas questões de ordem política que emergem de vários lados diferentes. Assim, a princípio, a Psicologia Social aparece como o lugar, na Psicologia, que se dedica particularmente à questão da democratização.

Temos, então, a seguinte conjuntura: reabertura democrática do Brasil e reorganização das Políticas Públicas nacionais em termos de assegurar a ruptura com um regime ditatorial; e, ainda, emergência de uma Psicologia Social de orientação marxista, comprometida com a transformação social – o que, naquele momento específico, se caracterizava exatamente por uma transição de um regime ditatorial para um regime democrático.

Com a implementação de Políticas Públicas e a abertura de postos de trabalho para psicólogas e psicólogos nesses espaços, as considerações realizadas pela Psicologia Social ganham destaque. Uma vez que a Psicologia Social emergente se compromete com a transformação da realidade social, ela se constrói respaldando as exigências advindas da sociedade. Ora, a exigência mais uníssona nesse momento é o rompimento com um modelo de governo ditatorial e a considerada consequente democratização. Essa exigência reflete intensamente na Constituição de 1988 – que criará os principais objetos das futuras Políticas Públicas do país. As exigências com que a Psicologia Social se compromete são, pois, as mesmas exigências a partir das quais se começa a reinventar o Brasil pós Ditadura Civil-Militar.

Essa conjuntura facilita o diálogo entre a Psicologia e as Políticas Públicas – bem como entre os documentos que as instituem. Ou melhor, faz o discurso da Psicologia e o discurso das Políticas Públicas coincidirem em alguns pontos. Em pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão de curso da graduação em Psicologia (VIEIRA, 2014), na Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, elenquei os elementos em torno dos quais se organiza a intervenção das psicólogas e dos psicólogos na política de atenção primária à saúde. O elemento que mais se repetiu, considerando essa política específica, foi a sugestão de se trabalhar com referências em Psicologia Social e Psicologia Comunitária. Outro ponto interessante identificado foi a utilização de referências do Sistema Único de Saúde para pensar a intervenção.

Entretanto, a pesquisa conduzida por Böing e Crepaldi (2010) mostra que, do ponto de vista das leis que versam sobre o trabalho da Psicologia na Saúde Pública, o trabalho das psicólogas e dos psicólogos é um trabalho especializado de supervisão. No entanto, as intervenções positivadas são intervenções as quais rompem com o modelo das especialidades, propondo um trabalho mais generalista. Isso sugere que a apropriação que ocorre dos documentos legais não é mera reprodução da lei. O diálogo que ocorre entre a Psicologia e as Políticas Públicas é um diálogo que se dá através das propostas da Psicologia Social emergente a partir da década de 80.

Operamos, então, aqui, com a hipótese de que a contingência de emergência de uma Psicologia Social na década de 80 produziu uma certa consonância entre as propostas dessa Psicologia Social e a implementação das Políticas Públicas. Assim, parece que essas propostas respondem muito bem aos interesses das Políticas Públicas, uma vez que ambas se produzem a partir de uma mesma problemática. De certo modo, tenho a impressão de que as discussões provenientes da Psicologia Social fundada por Silvia Lane estão, inclusive, mais

comprometidas em realizar as finalidades para as quais as Políticas Públicas são implementadas do que as próprias políticas, uma vez que elas parecem levar mais a sério questões tais como o rompimento com um modelo de intervenção especializado na atenção primária, para citar um exemplo. Quando digo “levar a sério”, refiro-me à já citada pesquisa de Böing e Crepaldi (2010) que assinala que, enquanto do ponto de vista do Sistema Único de Saúde (SUS) o trabalho a ser realizado pela Psicologia é um trabalho especializado e de supervisão, do ponto de vista da Psicologia, o seu trabalho deve ser generalista e realizado diretamente junto com a comunidade. Isso sugere que a Psicologia, embora convocada a se inserir nas Políticas Públicas, quando o faz, o faz comprometida na intenção de mostrar todas as possibilidades que ela pode oferecer ao planejamento, à execução e à avaliação das Políticas Públicas.

Outra hipótese é a de que, para adentrar os espaços fornecidos pelas Políticas Públicas à Psicologia, esta compreende os elementos da Psicologia Social como elementos estruturais do trabalho no campo de atuação Políticas Públicas, e não como elementos de um campo científico distinto da Psicologia, ou como uma abordagem específica dentro da Psicologia, conforme já explorado. Isso se daria devido à facilidade de aproximar as produções da Psicologia Social e as exigências das Políticas Públicas, ambas as quais carregam a marca da abertura democrática. Operamos com essa hipótese em função do modo como o Conselho Federal de Psicologia tem caminhado no que diz respeito à identidade profissional das psicólogas e dos psicólogos. É interesse do conselho promover uma identidade de profissional de Políticas Públicas. E para isso, uma série de medidas têm sido tomadas.

A partir de 2003, o Conselho Federal de Psicologia lançou o programa Banco Social de Serviços em Psicologia (programa que se encerrou em 2005), o qual buscava, em parceria com instâncias estatais, desenvolver formas de intervenção da Psicologia para colaborar com a implementação das Políticas Públicas. O programa foi realizado através da iniciativa do CFP, dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) e do trabalho voluntário de psicólogos em 13 estados do Brasil (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP), 2005). Depois do encerramento deste programa, em 2006 foi criado o CREPOP, que perenizou o trabalho realizado pontualmente no programa Banco Social de serviços em Psicologia. Trata-se de um centro de pesquisas em rede, contando com 20 unidades locais nos CRP. Em cada unidade local há um assessor técnico, especializado em Políticas Públicas, que opera coordenando as pesquisas e a mobilização junto à categoria. Sua principal atividade

consiste na produção das referências técnicas: documentos que tem o intuito de nortear as intervenções da Psicologia nas Políticas Públicas.

Nesse processo, a Psicologia passa a responder às demandas colocadas a partir da redemocratização. O CREPOP produz referências técnicas para as psicólogas e os psicólogos, de modo que essas referências são necessariamente atravessadas pelas questões inicialmente levantadas por uma Psicologia Social – como se a Psicologia Social fosse o conjunto teórico metodológico mais adequado às questões que emergem no contexto das Políticas Públicas. E isso é anunciado nas cartilhas sem muita cerimônia.

Quando paramos para observar os campos de atuação tradicionais da Psicologia – a escola, a clínica e as organizações –, facilmente identificamos dentro desses três campos diversas perspectivas (muitas vezes conflitantes entre si) e possibilidades diferentes de compreensão e atuação. No que concerne às Políticas Públicas, entretanto, parece haver uma série de elementos comuns em torno dos quais se organizam os discursos que se propõem a pensar esse campo de atuação.

Por exemplo, e conforme já foi assinalado, salta aos olhos que se utilizem tantos textos jurídicos (a constituição de 1988 com os direitos do povo e os deveres do Estado, para elencar um caso comum) como referência para se pensar uma atuação que se propõe científica ou, no mínimo, ancorada sob um campo de saber. E quando menciono que os textos jurídicos são usados como referência, o que quero dizer é que eles assumem, mais do que um estatuto de *lei*, um estatuto de *verdade* – uma marca clara de um saber que toma a dinâmica da política não somente como *finalidade*, mas também como *fundamento*. Um outro exemplo: a positivação de intervenções de cunho social em contraposição às intervenções de cunho individual. O Conselho Federal de Psicologia, através do CREPOP, positiva, para os psicólogos e psicólogas, independentemente de suas abordagens, intervenções de caráter coletivo – em detrimento das intervenções individuais – a partir da consideração do campo de intervenção. Caso não se trate somente de atender a uma demanda de um campo de atuação (ou seja, de obedecer ao imperativo das Políticas Públicas que dizem: “atenda a um número específico de pessoas num período específico de tempo”), vê-se aí a positivação de uma perspectiva de saber em detrimento de outras. O que está em jogo quando se argumenta a favor das intervenções coletivas em contraposição às intervenções individuais, em um campo de intervenção específico? E se adicionarmos a essa questão, a já tão batida querela de que não há uma oposição entre o que é da ordem do individual e da coletividade – ou seja, se assumirmos que o homem é um ser social?

O que decorre deste processo é que a Psicologia, quando se insere nas Políticas Públicas, passa a responder às demandas postas pelo processo de democratização. Questões inicialmente levantadas pela Psicologia Social atravessam a Psicologia de ponta a ponta. Criam-se, assim, alguns consensos, pontos de encontro, pontos pacíficos entre perspectivas políticas, teóricas e metodológicas radicalmente opostas entre si.

É, portanto, muito curioso que em um campo de batalhas como é a Psicologia haja uma espécie de oásis discursivo: um conjunto de elementos transversais para os quais perspectivas teóricas díspares (que são constituídas sob problemáticas, fundamentos, temas e imagens de homem, de mundo e de conhecimento radicalmente diferentes e irreconciliáveis entre si) magicamente se encontram, perfazendo a convergência consensual e autossuficiente do discurso democrático dos “novos tempos”. E mais instigante ainda é notar que esse oásis se constitui no campo das Políticas Públicas – campo redundantemente atravessado pelas questões políticas, aquelas que aquecem os embates. E essas questões são curiosas porque apontam que há uma série de elementos transversais que atravessam a Psicologia. O que fica visível aí é que tal elemento transversal à Psicologia permite traçar um plano que possibilite ver as relações de poder imanentes à constituição do campo da Psicologia e ao exercício político da prática psicológica. E, nesse sentido, a intenção desta pesquisa é a de tentar compreender essa aproximação. Assim, mais uma questão que anima este intento: *como é possível a formação de um oásis discursivo num campo de batalhas?*

2.2 Como uma Psicologia politicamente comprometida pode vibrar na mesma frequência que propostas biopolíticas?

Na obra foucaultiana, um dos temas centrais é o de “poder” – ou, ainda, o de “relações de poder”. Entretanto, a forma como este autor concebe o poder é muito específica. No curso Segurança, Território e População, Foucault (2008) pontua algumas referências de método que cabe aqui resgatar a fim prestar alguns esclarecimentos acerca do que está realmente em questão. Para o autor, o poder não é uma coisa, e sim uma série de “mecanismos e procedimentos” (FOUCAULT, 2008, p. 4) que objetivam, justamente, manter o poder. Isto não indica, ao contrário do que pode parecer, qualquer *circularidade do poder*, mas sim uma total *arbitrariedade do poder*. Assim, quando se fala em análise do poder, em Foucault, o que se tem em consideração é uma análise acerca dos mecanismos que asseguram uma certa forma de proceder com relação a uma série de coisas distintas, que passam a aparecer sob o signo da homogeneidade. Nesse caso, não encontramos na obra foucaultiana

uma teoria geral do poder, que pretende dizer o que é o poder, mas uma análise minuciosa dos mecanismos de poder, o que poderia ser um início de teoria do exercício do poder.

Além disso, para este autor, o poder não é algo em si mesmo. Por exemplo, e conforma já assinalado, não se pode falar em uma relação familiar que traga também, e externamente, uma relação de poder. A própria relação familiar é uma relação de poder. E, desse modo, essa análise do poder em exercício, como relação, pode possibilitar uma análise social.

Levando em consideração essas pontuações, identifica-se na obra foucaultiana formas exercício do poder: o poder soberano, o poder disciplinar e o biopoder. Neste trabalho, operamos mais incisivamente com o biopoder. Entretanto, é preciso lembrar que a ênfase atribuída a uma forma de exercício do poder não necessariamente (e não efetivamente) exclui a presença e o funcionamento de dispositivos de outras formas de exercício do poder. Assim, apesar de ter como foco principal a análise do biopoder, caberá trazer apreciações acerca do poder soberano e do poder disciplinar. Assim, o biopoder consiste, de acordo com Foucault, em uma

[...] série de fenómenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Foucault (2014a), no primeiro volume da História da Sexualidade, A Vontade de Saber, aponta para uma modificação ocorrida no modo como o poder sobre a vida é exercido: enquanto o poder soberano era exercido através da morte – da exposição da vida dos súditos à morte, em casos de guerras, ou da própria execução dos súditos no caso de a soberania do rei ser ameaçada; enquanto isso, o biopoder consistiria em um tipo de poder que se exerce pela maximização da vida, através das disciplinas e da biopolítica. As disciplinas operam individualizando, no registro cotidiano dos pequenos hábitos, a fim de elevar ao máximo as potencialidades do corpo, mantendo-o, entretanto, dócil – como pode ser percebido nas escolas, nos esportes, nos exércitos. Já a biopolítica opera no nível da população (porque ela faz emergir essa nova realidade que é a população, ou seja, um conjunto de pessoas cujas ações podem ser transformadas em dados a partir de análises estatísticas, tornando possível intervenções que alterem essas ações) e é amparada na estatística, na demografia e na economia política – como pode ser observado nas medidas de saúde e segurança públicas.

O poder disciplinar é analisado em *Vigiar em Punir* (FOUCAULT, 1999). Partindo de uma ruptura referente ao modo como se encaminha a questão da punição (o fim do suplício), Foucault assinala uma nova forma de exercício do poder – o poder disciplinar. O poder disciplinar se exerce de maneira positiva. Um dos primeiros movimentos que Foucault realiza ao trabalhar com as disciplinas é o de apontar o caráter positivo e produtivo do poder. Não que o poder não tenha uma faceta negativa e destrutiva, entretanto, essa é a sua faceta mais empobrecida. O seu aparecimento só faz sentido na medida em que o exercício da faceta positiva do poder é enfraquecido.

A disciplina é o exemplo por excelência da faceta positiva do poder. Isso porque o seu objetivo é majorar forças, operar em alto grau de eficiência, tornando, contudo, os corpos dóceis. O produto do poder disciplinar é o indivíduo. Ao realizar um esquadramento do espaço que permite a observação e a comparação dos indivíduos com uma norma que tem por parâmetro o funcionamento mais eficiente possível, o poder disciplinar produz indivíduos capazes de se observarem e se controlarem em função da obtenção da capacidade máxima de exercício de suas próprias forças. Esse procedimento relativo à norma vai ganhar o nome de normação em Segurança, Território e População (FOUCAULT, 2008).

Já a biopolítica é um conceito utilizado pela primeira vez na conferência “O Nascimento da Medicina Social” (FOUCAULT, 1979), publicado na coletânea *Microfísica do Poder*. Mas é no último capítulo do texto “A história da sexualidade: a vontade de saber” (FOUCAULT, 2014a) que o autor define mais precisamente a que tal conceito se refere. A biopolítica levanta a questão da gestão da vida em termos da população. Isso implica que os elementos da vida concebida sob os limites dos saberes biológicos passam a ser determinantes para se pensarem as questões políticas – taxas de natalidade, fertilidade, longevidade. E, nesse caso, questões tais como moradia, maneiras de se alimentar, a saúde de modo geral, a sexualidade, a segurança pública, enfim, todos os elementos que puderem ser relacionados à vida passam a ser objeto do interesse das práticas de governo.

Para compreender melhor o exercício de um biopoder e a instauração de uma biopolítica, cabe acompanhar um pouco do trabalho desenvolvido em *Segurança, Território e População* Foucault (2008). No referido texto, Foucault apresenta três modelos de formas lidar com doenças para exemplificar as formas de exercício do poder. O autor apresenta os modelos da lepra, da peste e da varíola como exemplos que permitem visualizar os elementos que as formas de exercício do poder fazem funcionar. O modelo da lepra – apresentado mais detalhadamente em *Vigiar e Punir*, de Foucault (1999) – é o modelo da exclusão. O leproso, quando identificado, deve se retirar da cidade e viver junto aos seus semelhantes. Nesse caso,

o mal deve ser banido e é um bom exemplo de como funciona o poder soberano. Diferente procedimento é realizado quando da aparição da peste. O modelo da peste não exigia que os doentes se retirassem, mas, ao contrário, estabelecia a ordem da quarentena. Ao invés de manter os doentes distantes, os doentes (e os não doentes) eram mantidos em casa, sob uma rotina de vigilância rigorosa. Aqui, o mal não deve ser banido, mas vigiado e controlado. Esse seria o exemplo do exercício do poder disciplinar. Já no caso da varíola, o procedimento realizado foi a inoculação: trata-se de inserir o vírus, em doses moderadas e reguladas, nos corpos das pessoas:

[...] o problema fundamental vai ser o de saber quantas pessoas pegaram varíola, com que idade, com quais efeitos, qual a mortalidade, quais as lesões ou quais as sequelas, que riscos se corre fazendo-se inocular, qual a probabilidade de um indivíduo vir a morrer ou pegar varíola apesar da inoculação, quais os efeitos estatísticos sobre a população em geral, em suma, todo um problema que já não é o da exclusão, como na lepra, que já não é o da quarentena, como na peste, que vai ser o problema das epidemias e das campanhas médicas por meio das quais se tentam jugular os fenômenos, tanto os epidêmicos quanto os endêmicos (FOUCAULT, 2008, p. 14).

Aqui temos o modelo do biopoder. Trata-se de administrar, não o mal, mas a vida. A questão que emerge, aqui, é a questão da possibilidade da administração racional da vida da população, ativando uma série de saberes tais como a estatística, a demografia, a economia política, dentre outros. Por exemplo, pensemos o caso do roubo. O roubo é algo que acontece em qualquer sociedade. Assim, no exercício de um biopoder, o roubo não será um mal a ser evitado, mas um acontecimento a ser administrado. Criam-se taxas de roubo em determinados espaços e essas taxas devem ser diminuídas até um nível aceitável. Assim como no caso da varíola, em que uma certa quantidade mínima de vírus nos corpos é necessária para o controle da doença no nível da população, uma certa taxa mínima de roubo aceitável passa a ser a meta da administração. E para atingir isso, uma série de informações serão produzidas acerca do comportamento da população. Por exemplo, se vias escuras aumentam a possibilidade do roubo (porque, estatisticamente falando, a maior taxa de roubos ocorre em vias escuras), age-se investindo em iluminação das vias públicas. Esse é o modo de funcionar dos dispositivos de segurança – aqueles que vigoram em tempos de biopoder.

Dispositivo de segurança que vai, para dizer as coisas de maneira absolutamente global, inserir o fenômeno em questão, a saber, o roubo, numa série de acontecimentos prováveis. Em segundo lugar, as reações do poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo. Enfim, em terceiro lugar, em vez de instaurar uma divisão binária entre o permitido e o proibido, vai se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. É portanto

toda uma outra distribuição das coisas e dos mecanismos que assim se esboça (FOUCAULT, 2008, p. 9).

Pois bem, uma das características do biopoder é exatamente a compreensão de que não é possível exterminar o mal. Então, opera-se, de um lado, com o estabelecimento de um nível ótimo de funcionamento; e, por outro, com um nível mínimo aceitável do que se considera indesejável. Assim, a estatística aparece como saber fundamental que vai permitir calcular tais taxas do aceitável, considerando os acontecimentos relevantes para as práticas de governo. Assim também emerge a população. A população não é um povo, uma nação ou uma comunidade. Ela é a realidade que emerge sob o exercício desse poder – o biopoder – que se submete ao controle do cálculo estatístico.

A análise realizada por Foucault (1979), na conferência “O Nascimento da Medicina Social”, também ajuda a situar a questão que emerge junto ao biopoder, permitindo já conduzir a discussão para o contexto específico das Políticas Públicas. Neste texto, Foucault analisa três direções da medicina social: a alemã, na forma de uma medicina de Estado; a francesa, perfazendo uma medicina urbana; e, por fim, a inglesa, como uma medicina dos pobres.

A medicina de Estado, que se desenvolve na Alemanha, tem como características “a organização de um saber médico estatal, a normalização da profissão médica, a subordinação dos médicos a uma administração central e, finalmente, a integração de vários médicos em uma organização médica estatal” (FOUCAULT, 1979, p. 84). Uma forte estatização é a sua marca. Entretanto, deixa a desejar no quesito sofisticação de um saber. Já na França, o desenvolvimento da medicina urbana se caracteriza como uma medicina das coisas. Numa investida contra o perigo que a desorganização da cidade pode oferecer à saúde, passa-se a levar em consideração o meio, em sua relação com o organismo, relação de salubridade ou insalubridade, ou seja, a consideração do impacto dos elementos do ambiente sobre a saúde. Nessa medicina, o pobre não considerado elemento perigoso para a saúde e a habitação privada não é tocada.

É na Inglaterra que o pobre será considerado elemento perigoso à saúde. Isso se deve a várias razões: à participação da população pobre em revoltas populares; à invasão da habitação privada pelo poder político, ocasionada pelo surto de cólera que se propagou pela Europa em 1832; à coabitação dos mesmos espaços por ricos e pobres que, nessa circunstância, passou a ser considerada um risco à saúde.

É essencialmente na Lei dos pobres que a medicina inglesa começa a tornar-se social, na medida em que o conjunto dessa legislação comportava um controle

médico do pobre. A partir do momento em que o pobre se beneficia do sistema de assistência, deve, por isso mesmo, se submeter a vários controles médicos. Com a Lei dos pobres aparece, de maneira ambígua, algo importante na história da medicina social: a ideia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, sua pobreza não permitindo que o façam por si mesmos, quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas (FOUCAULT, 1979, p. 95).

É, então, no modelo de saúde pública proveniente da Inglaterra que se ancora a noção de uma medicina social que, ao oferecer serviços de saúde, opera um controle sobre os corpos, no sentido de uma majoração das forças para assegurar uma disponibilidade para o trabalho; e, ao mesmo tempo, um controle que assegure a docilidade e a submissão às formas de dominação e exploração.

As preocupações concernentes à saúde coletiva, à segurança pública, à educação pública e aos direitos do cidadão e do trabalhador serão, portanto, atravessadas pelos interesses biopolíticos. As Políticas Públicas são uma forma objetiva de intervenção do Estado na vida dos cidadãos – e, sob a perspectiva em que este trabalho se situa, compõem importante extrato de uma biopolítica.

Nesse caso, a colaboração da Psicologia com a implementação Políticas Públicas (conforme enfatizam as próprias publicações do Conselho Federal de Psicologia) – especialmente se considerarmos a especificidade das causas políticas em torno das quais mobilizou-se a Psicologia a partir da década de 1980, conforme já foi explorado no tópico anterior – causa certo estranhamento. É preciso esclarecer, apesar de parecer evidente, que a Psicologia é um campo de saber, enquanto as Políticas Públicas são uma forma objetiva de intervenção do Estado na vida dos cidadãos. O que temos aqui, então, é uma clara *articulação* entre saber e poder que, todavia, está tendente à *superposição*. Isso parece evidente. Entretanto, ao olharmos atentamente a Psicologia que se constrói a partir da década de 1980, vamos perceber um elemento interessante: essa Psicologia se inspira no marxismo e traz consigo inquietações no que tange à situação social e política do Brasil; trata-se, pois, de uma Psicologia que se caracteriza pelo seu “comprometimento político”, seu comprometimento com a chamada “*práxis*”. Temos, então, uma forma de fazer Psicologia politicamente comprometida, fazendo oposição a um regime ditatorial, que emerge exatamente no momento de abertura democrática do país.

A efervescência política do Brasil nos anos 80, os movimentos sociais, estudantis, operários; a exigência de saúde, educação, segurança, previdência social, assistência social que realmente atendessem às necessidades de um país continental e profundamente desigual

seriam a matéria prima a partir da qual se produziria essa nova Psicologia. E a abertura democrática veio, concedendo encaminhamentos às exigências sociais. Hoje o Brasil dispõe de um Sistema Único de Saúde (SUS), de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de Políticas Públicas de educação, de previdência social e de segurança. O encaminhamento dado às reivindicações sociais consistiu na implementação de uma biopolítica com a qual a Psicologia “politicamente comprometida” se propõe a colaborar. É curioso, todavia, perceber que, mediante este processo, toda uma Psicologia “politicamente comprometida” passa a vibrar na mesma frequência que as propostas governamentais biopolíticas.

Assim, o segundo questionamento a que me detenho nesta pesquisa é o seguinte: *como é possível que uma Psicologia que assume um compromisso político de resistência se proponha a colaborar com a instauração de um biopolítica?*

Conforme já assinalado no início deste texto, esta pesquisa é uma pesquisa deslocamento. Assim, a elaboração dos questionamentos que permitiram iniciar essa travessia exigiu a coragem de assumir alguns desencaminhamentos e alguns passos para trás. Deste modo acho relevante realizar alguns apontamentos de método a fim de justificar algumas escolhas, começar a desenhar as novas territorialidades produzidas por este trabalho.

3 ALGUMAS QUESTÕES DE MÉTODO

Nenhum problema tem solução, nenhum de nós desata o nó górdio; todos nós ou desistimos ou o cortamos. Resolvemos bruscamente com o sentimento, os problemas da inteligência, e fazemo-lo ou por cansaço de pensar, ou por timidez de tirar conclusões, ou pela necessidade absurda de encontrar um apoio, ou pelo impulso gregário de regressar aos outros e à vida. Como nunca podemos conhecer todos os elementos de uma questão, nunca a podemos resolver. Para atingir a verdade faltam-nos dados que bastem, e processos intelectuais que esgotem a interpretação desses dados (PESSOA, 2006, p. 317).

O que é um problema? Há incontáveis formas de encaminhar essa questão – tantas quanto forem possíveis de serem inventadas. Aqui, nos deteremos sobre duas delas, que são os dois lados de uma mesma moeda. A primeira trata de algumas considerações mais teóricas sobre o método, enquanto a segunda diz do processo de apropriação desse método, não apenas no que diz respeito à análise dos textos e à condução da pesquisa, mas no que se refere ao modo como a pesquisa produz efeitos políticos imediatos. Não pela repetição de palavras de ordem ou imperativos morais apelativos. O próprio Foucault (2008), em *Segurança, Território e População* afirma que, se há algum imperativo naquela obra, que ele seja o de fornecer indicadores táticos para a batalha. O que há de revolucionário em Foucault não é a proposição da revolução, mas é a efetividade com que ele realiza uma transformação no olhar. Venhamos, então, aos encaminhamentos dados à questão “o que é um problema?”.

A primeira forma de conduzir a referida pergunta consiste em realizar um deslocamento no estatuto dos textos que se referem ao problema. Ao invés de tomá-los como referência, ou seja, como conceitos-lente para se observar a realidade e classificar o que é ou não um problema; ao invés disso, pode-se tomar estes textos como objeto de análise. Em outras palavras, não se trata de partir do conceito de *problema* e ver o que, do mundo, cabe ou não nesse conceito, definido a partir do conceito de problema o que é ou não um problema no mundo, mas de tomar o conceito de problema como objeto de análise e identificar o processo através do qual a noção de problema ganha uma materialidade específica, um funcionamento próprio. Trata-se de olhar não para o enunciado, mas para a enunciação, transferir o foco da análise do ponto do que é dito para o ponto do dizer. O que se realiza quando se define um problema de uma maneira, ao invés de outra? Essa primeira forma de conduzir a pergunta “o que é um problema?” implica em uma tradução dessa pergunta por outra, a saber: como um evento qualquer se torna um problema?

Essa é a questão colocada por uma arqueogenealogia, um horizonte metodológico inspirado em Michel Foucault. Na *Arqueologia do Saber* Foucault (2014b), produz uma elaboração teórica de suas questões metodológicas. Foucault descreve a arqueologia como a “descrição intrínseca do monumento” (FOUCAULT, 2014b, p. 9). E para a realização de tal

descrição, é necessário “libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma a sua maneira, o tema da continuidade” (FOUCAULT, 2014b, p. 25). Há certos elementos que operam na elaboração discursiva os quais funcionam no sentido de podar o aparecimento da novidade. Noções como a tradição, a influência, o desenvolvimento e a evolução são elementos que possibilitam organizar os discursos dentro de uma lógica da continuidade, da identidade. O que está em jogo quando se fala em tradição, influência, desenvolvimento, evolução, quando se referenciam os textos, o que está em jogo aí é assegurar que apareçam, na produção do saber, não a novidade, mas aquilo que se repete, aquilo que, de algum modo, já foi dito; aquela forma que, de algum modo já foi usada. A garantia da repetição é, pois, um dos principais critérios de legitimação de um trabalho. Esse procedimento é o que produz as unidades discursivas. Assim, para Foucault, a aceitação dessas unidades propostas pela história, só tem a função de submeter tais unidades ao questionamento imediato.

Creio que o diálogo com Benevides (2016) pode ser elucidativo, neste momento. Em seu texto “Pesquisar com Michel Foucault”, o autor inicia o texto pontuando que sua intenção não é apresentar uma pesquisa empírica, tampouco apresentar uma investigação dos fundamentos, trata-se de apresentar orientações metodológicas para realizar pesquisa com Michel Foucault. E, para realizar isso, há duas ressalvas a serem consideradas. A primeira diz que o trabalho com Foucault exige que se abra mão de uma série de valores e certezas assumidas no início da pesquisa, de modo a pesquisadora ou o pesquisador devem se colocar em uma postura de não-saber, o que possibilita o exercício livre do pensamento. A segunda, diz do caráter sempre parcial e agonístico do saber:

Assim, a suspensão das certezas como exercício do não-saber para o livre pensar e a compreensão do caráter perspectivo, agonístico e múltiplo do saber constituem atitudes diante do saber e da pesquisa constantemente acionadas nas orientações metodológicas para a pesquisa com Michel Foucault (BENEVIDES, 2016, p. 267, grifo do autor).

Então, autor prossegue com suas 5 orientações metodológicas. A primeira, inclusive já citada neste trabalho, afirma que a pesquisa escolhe seu objeto, mas não sabe o que é esse objeto. E isso implica que, ao tomar um objeto de pesquisa, o pesquisador ou a pesquisadora o fazem a partir de uma série de certezas, crenças, suposições, conhecimentos prévios, convicções, valores. Nesse caso, desconhecer o objeto não é uma tarefa tão fácil quanto pode parecer. Assim, como a pesquisadora ou o pesquisador devem proceder como se nada soubessem acerca do objeto de suas investigações, faz-se necessário que se elenquem essas certezas prévias, essas hipóteses, não a fim simplesmente de reiterá-las ou retificá-las, mas para que se possa saber a direção em que o pensamento opera. Para que a pesquisadora

ou o pesquisador não caia na armadilha de simplesmente esconder o que já sabe no início da pesquisa, e conduzir a pesquisa como se se tratasse de uma invenção que tem a função de dar sentido exatamente às certezas prévias. E assim, encontrar exatamente o que já se sabia ao final.

A próxima orientação será a atitude de *partir os pressupostos*. Ao invés de se partir de pressupostos, aqueles que são considerados os elementos de fundamentação dos trabalhos, o procedimento inicial da pesquisa consistiria em interrogar os pressupostos.

Foucault, em sua primeira aula proferida no *Collège de France*, publicada sob o título *A Ordem do Discurso* Foucault (2013), iniciou abordando o problema dos começos. O iniciar um texto convoca a informar de onde se parte, a ancorar a fala ou a escrita em outra fala ou outra escrita anteriores. Pois bem, temos então: uma aproximação entre um enunciado novo e um enunciado mais antigo e respaldado, remetendo a novidade iniciando ao que já foi dito anteriormente.

Nesse sentido, em ambos os casos, o que está em jogo aqui é que se toma algo como um pressuposto, e parte-se daí, sem questionamentos. Esse é o movimento que faz a fundamentação: ela remete algo novo a algo já conhecido, através das referências; e se constrói numa perspectiva interna: primeiro inventa uma série de pressupostos pouco problematizados, e em seguida se assenta sobre eles, como se eles fossem algo externo à produção do saber e, por isso mesmo, mais seguros.

Benevides (2016) aponta uma questão interessante sobre isso: de acordo com o autor, existe uma superposição entre os processos de anúncio dos pressupostos, a fundamentação e a legitimação de uma pesquisa:

Aprendemos costumeiramente que todo saber, todo conhecimento e/ou toda pesquisa parte de pressupostos; e aprendemos, ainda, que fundamentar uma pesquisa consiste em enunciar os pressupostos que ela carrega e carregará. Isto implica em uma sobreposição da noção de *pressuposto* à noção de *fundamento* justamente na medida em que se assume que os pressupostos de nossa pesquisa consistem no fundamento de nossa pesquisa. Se formos mais adiante nesta forma de proceder, veremos, ainda, que o pressuposto, na condição de fundamento, consiste ainda naquilo que dá *legitimidade* a uma pesquisa. Trata-se, pois, de uma superposição tripla: o pressuposto, o fundamento e a legitimidade. Para pesquisarmos sob a inspiração do pensamento de Michel Foucault é necessário desfazer esse nó (BENEVIDES, 2016, p. 270, grifo do autor).

É preciso, então compreender a arbitrariedade deste nó. Sobre isso vale a pena dialogar com Nietzsche (1978). O filósofo argumenta, no texto *Sobre a Verdade e a Mentira no Sentido Extra Moral*, que a linguagem é incapaz de apreender o mundo em si mesmo, sendo no máximo capaz de realizar metáforas. “De antemão, um estímulo nervoso transposto

em uma imagem! Primeira metáfora. A imagem, por seu turno, remodelada em um som! Segunda metáfora. E, a cada vez, um completo sobressalto de esferas em direção a uma outra totalmente diferente e nova” (NIETZSCHE, 1978, p. 32).

Assim, todo o conhecimento se baseia não em pressupostos lógicos os quais possuem uma evidência de verdade, mas em metáforas, em aproximações de coisas que não possuem nenhuma relação entre si. A fundamentação, pois, consiste em assumir alguns pressupostos como verdadeiros, esquecendo que eles foram inventados, esquecendo seu caráter puramente metafórico. Ou, em outras palavras, trata-se de uma forma de institucionalizar o esquecimento acerca do caráter inventivo do conhecimento.

Foucault realiza uma leitura muito peculiar e interessante de Nietzsche em alguns momentos de sua obra. Tomarmos aqui as discussões realizadas nos textos *A Verdade e as Formas Jurídicas* Foucault (2002) e *Aulas Sobre a Vontade de Saber* Foucault (2014c).

No texto *Sobre a Verdade e a Mentira no Sentido Extra Moral*, Nietzsche (1978) apresenta o conhecimento como uma *invenção*. E Foucault chama a atenção para a maneira pela qual Nietzsche trabalha com essa noção. Este termo, de acordo com Foucault, na obra de Nietzsche, é oposto reiteradamente ao termo *origem*. Entretanto, não é um sinônimo de começo. Sob o signo da *invenção*, Foucault (2002; 2014c) elenca algumas características:

- a) o conhecimento não é algo da natureza humana; tampouco da natureza do mundo;
- b) “temos, então, uma natureza humana, um mundo, e algo entre os dois que se chama o conhecimento, não havendo entre eles nenhuma afinidade, semelhança ou mesmo elos de natureza [...] não é natural à natureza ser conhecida.” (FOUCAULT, 2002, p.18);
- c) a possibilidade do conhecimento tem a ver com elementos radicalmente diferentes de sua forma: ao invés de razão, saber, experiência, afirmação, certeza, ao invés disso: instintos, dúvida, negação e dissolução. Ou, em outras palavras, o conhecimento é “sem preliminar” (FOUCAULT, 2014c, p. 184), antes do conhecimento o que existe é tudo o que é totalmente alheio e adverso ao conhecimento – demarcando uma diferença com relação ao empirismo, que colocaria a percepção como aquilo que está antes do conhecimento;
- d) o conhecimento é sem modelo, não possuindo nenhuma garantia em nada externo a ele mesmo;
- e) o conhecimento é efeito de uma operação maldosa e birrenta de afastamento das coisas. O conhecimento, antes de útil, é maldoso. O conhecimento diz:

“não é simples assim, deve haver algo mais que isso”! Ele busca o segredo o das coisas porque desconfia que a verdade das coisas está em seu segredo;

f) entretanto, o conhecimento não destrói a aparência, apesar de não permanecer na aparência;

g) “É o que constitui indefinidamente a novidade da aparência no avanço da aparência [...] Contra a doçura acolhedora de um fenômeno é preciso erguer a sanha mortífera do saber. Mas nesse trabalho isso nunca é recompensado por um acesso ao ser ou à essência, e sim suscita novas aparências, faz com que joguem umas contra as outras e umas mais além das outras” (FOUCAULT, 2014c, p. 186);

h) o conhecimento tem um caráter agonístico. O interesse, a disputa, a luta são o motor do conhecimento. O conhecimento é contranatural, ele se volta violentamente contra a natureza. “É contra um mundo sem ordem, sem encadeamento, sem forma, sem beleza, sem sabedoria, sem harmonia, sem lei, que o conhecimento tem que lutar” (FOUCAULT, 2002, p. 18);

i) o conhecimento é perspectivo. Isso significa que o conhecimento, além de não ser de caráter universal, com uma verdade verdadeira a partir da qual se organizam as demais verdades; além disso, ele também não é de caráter relativista, que supõe que não há uma verdade universal, e sim há várias verdades, todas verdadeiras e com a mesma força frente umas às outras em uma disputa por autoridade. Ao contrário disto, o conhecimento é produzido a partir de perspectivas que privilegiam determinadas formas de perceber um objeto, em detrimento de outras. Então ocorre que, dependendo da perspectiva de onde se olha, algumas nuances de um objeto podem ser percebidas, enquanto outras não; e de acordo com o que é percebido em uma perspectiva, é atribuída mais ou menos força a determinados enunciados.

Essas considerações permitem perceber a forma singular com que Foucault opera, sob inspiração nietzschiana, com o conhecimento. Diferentemente de uma perspectiva pacificadora que visa realizar sínteses e encontrar identidades, essa leitura permite lançar luzes às disputas, às descontinuidades, às fragilidades e, principalmente, ao caráter histórico, efêmero, volátil e mutante das produções discursivas, quer elas se institucionalizem e ganhem força, quer elas sejam marginalizadas e esquecidas.

Essa forma de perspectivar o saber realiza algo muito importante: fornece condições para que sejam percebidos os processos de construção dos enunciados e de

atribuição de poder a eles. Coloca-se em evidência a fragilidade das formas hegemônicas de produção de saber, apontando para as possibilidades alternativas de criação.

Nesse caso, *partir os pressupostos* é uma decisão metodológica que possibilita identificar a arbitrariedade que atravessa a produção do saber. E essa postura não se refere somente ao que se denomina *fundamentos* de uma pesquisa, mas se trata de uma forma de encarar todas as unidades do discurso, como é o caso do livro e da obra. Acerca do livro, Foucault (2014b) assinala que ele é um “nó em uma rede” (FOUCAULT, 2014b, p. 28), isto é, ele está relacionado a uma série de outras produções discursivas de modo que ele consiste em um recorte específico produzido em uma multiplicidade. E o mesmo se aplica à obra, uma vez que a definição do conjunto da obra depende de decisões muito arbitrárias: deve-se considerar que as cartas pessoais fazem parte da obra de um certo autor? E quanto aos textos que ele não terminou de escrever, devem fazer parte desta obra?

Assim, esse primeiro movimento que assinalo, de recusa das unidades e quebra dos pressupostos consiste em uma decisão de percorrer um caminho específico: um caminho que não toma por certas as relações arbitrárias, e busca identificar que relações não arbitrárias as quais se pode estabelecer entre os enunciados. Acerca disso, Benevides (2016) aponta o fato de que a pesquisa não está de antemão circunscrita em áreas, mas produz novas territorialidades. Isso porque, ao desfazer os nós arbitrários, reconfiguram-se as fronteiras e limites do mapa do saber. Ele chama atenção para o fato de que, de modo geral, opera-se com a suposição de que aos estratos do saber, correspondem as coisas do mundo: como se a biologia tratasse das coisas biológicas e a psicologia tratasse das coisas psicológicas, e assim por diante. Entretanto, ao interrogar as grandes unidades do saber, o que se percebe é que não existe legitimidade em afirmar uma relação de correspondência entre as palavras e as coisas. E, ao realizar esse movimento, de desatar nós, aparece uma nova topografia do saber. Neste trabalho, então, a Psicologia e a Psicologia Social não são horizonte de pesquisa, mas objetos.

Após libertar-se das unidades pressupostas e inquestionadas, então, o próximo passo consiste em interrogar que relações podem ser estabelecidas legitimamente entre os enunciados. Ainda na *Arqueologia do Saber* Foucault (2014b), Foucault se interroga sobre essas possíveis relações. E, para dar conta deste questionamento, ele elabora a noção de *formação discursiva*.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras

demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como ‘ciência’, ou ‘ideologia’, ou ‘teoria’, ou ‘domínio de objetividade’” (FOUCAULT, 2014b, p. 47, grifo do autor).

Uma formação discursiva consiste, deste modo, em um conjunto de enunciados os quais, embora dispersos, embora não formem uma unidade, embora não partam de um mesmo campo, façam funcionar uma certa lógica. Ora, se é preciso recusar as unidades, isso ocorre exatamente porque estas unidades consistem em limitações muito arbitrárias dos discursos múltiplos:

É comum estudantes que, ao esboçarem um contato inicial com a leitura de Foucault, perguntarem a si mesmos e/ou a alguns outros: “este é um texto de Sociologia? De Psicologia? De Filosofia?”. Essas perguntas expressam a demanda em situar os saberes em unidades já formadas e já reconhecíveis: a Psicologia, a Filosofia, a Sociologia, etc. Muitas vezes admitimos que, para compreendermos melhor determinadas questões do campo da Psicologia, é preciso termos um conhecimento dos processos sociais, portanto de algo que seria objeto da Sociologia. Mas frequentemente preservamos a certeza de que “Psicologia é Psicologia e Sociologia é Sociologia”. Isso faz com que acionemos uma série de formas de filiação de textos, de autores e de teorias a essas unidades já reconhecidas do saber e/ou da ciência. Isto porque as supomos naturais, ou necessárias, ou estruturais – como se a estratificação do saber correspondesse à estratificação ontológica do real (às coisas psíquicas corresponde a Psicologia, às coisas biológicas corresponde a Biológica, às coisas sociais corresponde a Sociologia) (BENEVIDES, 2016, p. 273).

Assim, ao pensar em uma possibilidade de estabelecer relações entre uma série de enunciados dispersos e descontínuos, percebemos que existem regularidades que atravessam unidades de saber distintas. Nesse caso, a tarefa da pesquisa consiste em identificar as regras de formação que possibilitam a emergência de tais regularidades.

Considerando o exposto acima, o caminho adotado pela presente pesquisa se conduziu no sentido de produzir uma certa formatação nas questões iniciais. A primeira coisa a se fazer consistiu em reelaborar a problemática. Conforme já exposto, esta pesquisa tem por motor inicial duas questões, a saber:

- a) como é possível a formação de um oásis discursivo num campo de batalhas?
- b) como é possível que uma Psicologia que assume um compromisso político de resistência se proponha a colaborar com a instauração de um biopolítica?

Ambas as questões acionam a suposição de uma formação discursiva, pois se trata da aparição de uma série de enunciados que transitam livremente entre territórios discursivos difíceis de aproximar. Nesse caso, o movimento realizado consistiu em desconsiderar os referidos territórios como elementos a partir dos quais é possível compreender a formação de tal regularidade.

Assim, ao invés de procurar identificar as relações entre a Psicologia, a Psicologia Social, as Políticas Públicas, os autores da cada área, etc., o que optei por fazer foi dar um passo atrás, e tomar por objeto o processo de construção dessa regularidade. Deste modo, o primeiro passo desta pesquisa consistiu em um breve e superficial levantamento dos discursos que foram a base para a elaboração dessa regularidade que aparece entre a Psicologia e as Políticas Públicas. E estes discursos coincidem com os discursos que exigiam a ruptura com a ditadura Civil-Militar. Indo mais além, penso que é possível inclusive afirmar que a situação da Ditadura Civil-Militar é condição para a emergência dessa discursividade, uma vez que foram precisamente os seus excessos que a tornaram o inimigo em comum para uma série de linhas diversas e que poderiam ser (e, de certo modo, até têm se tornado) divergentes, e as quais chamarei aqui de *linhas de resistência*.

É possível, entretanto, pensar outra forma de encaminhar a questão referida anteriormente. Essa forma, por outro lado, está mais próxima de um certo processo de conceitualização, no sentido de invenção de um novo conceito. Uma conceitualização múltipla, porém. Nesse caso, a abordagem que se faz dos textos que se detém ao problema os coloca, sim, no lugar de referência, olha os enunciados. Todavia, com uma peculiaridade: o objetivo não precisa ser descobrir o que é, verdadeiramente, um problema. Não é preciso construir um conceito que dê conta nem de uma totalidade do problema, tampouco de sua operacionalização. Essa forma de conduzir a pergunta tem a ver muito mais com o exercício livre do pensamento do que com um objetivo de chegar a uma resposta ou a um produto que dê conta de dizer o que, verdadeiramente, universalmente, é um problema: “pronto, aqui está o conceito, um problema é isso”. O objetivo aqui é posicionar-se com sensibilidade frente ao mundo, prestar atenção às outras coisas que estão acontecendo quando o problema acontece e quando ele é dito.

O exercício do pensamento é como um exercitar da audição. Qual é o movimento que realizo quando escuto o outro? De modo geral, em uma formação em Psicologia, o que se aprende é, fundamentalmente, uma série de procedimentos padrão de escuta. A matéria-prima é a fala. Uma fala que será escutada e analisada de acordo com uma perspectiva de saber. O movimento da audição aí é um movimento de relacionar o que está sendo dito a uma série de outras coisas que já foram ditas anteriormente. A fala é perspectivada de modo que conte uma história que faça sentido e ratifique a perspectiva de saber adotada para a análise. São feitas sucessivas traduções da fala. É uma *audição interesseira*, que objetiva coletar informações sobre o outro para governá-lo.

Entretanto, e felizmente, esse não é o único movimento que se pode realizar ao escutar. É, também, possível fazer o que chamaremos de *audição interessada*. É um tipo de escuta na qual o movimento realizado não é o de encaixar uma fala em outra fala, proferida anteriormente. O que uma audição interessada produz não é uma série de informações sobre o outro. O que se produz em uma audição interessada é uma mudança na forma de olhar de quem escuta. A escuta interessada é uma forma de ouvir que não supõe que o que deve ser ouvido com atenção está nem no ouvinte, tampouco no falante, e nem, ainda, na interação entre os dois, porque ela não pressupõe nem almeja uma verdade. O que a escuta interessada busca é uma forma de se aproximar do que é diferente.

Assim é com o exercício do pensamento. Se ele toma por referência textos que falam do problema, não é por supor que dessa forma vá chegar a uma resposta única e definitiva sobre o que é um problema; o exercício do pensamento consiste em fazer uma audição interessada do que é dito sobre o problema a fim de ver o problema diferentemente.

Em seu *Abecedário*, Deleuze (1996) sinaliza que é possível uma compreensão acerca da diferença entre “ser de direita” e “ser de esquerda” a partir da noção de percepção – percepção do espaço, progressão perceptiva das relações, percepção de movimento centrípeto e de movimento percepção centrífugo. Para ele, a percepção de direita é aquele que parte de si mesmo, e somente então passa a considerar a família, o próprio bairro, a própria cidade até chegar ao mundo. E o mundo constitui a grande interrogação: “quem mundo é esse?”. Já a percepção de esquerda, por outro lado, é um pensamento que parte do distante, do outro, para, somente no final, chegar a si mesmo. E eis que a interrogação recai sobre si: “ora, mas quem sou eu?”.

Quando Deleuze (1996) argumenta que o pensamento de esquerda é um pensamento que parte do distante, o procedimento que ele realiza não é o de supor um universal que possa sintetizar ou apaziguar o próximo e o distante, o diferente e o familiar. O que ele afirma aí é uma postura analítica. Se entendermos a síntese como uma forma de perspectivar as coisas de tal modo que elas apareçam como semelhantes; e a análise como uma outra forma de perspectivar as coisas que dê visibilidade às disparidades; se entendermos síntese e análise desta maneira, podemos perceber a fala de Deleuze como uma indicação com relação ao modo de olhar as coisas. Olhar o distante é como olhar a diferença. Porque diferença e igualdade não são qualidades das coisas, são efeitos do modo como olhamos. A postura analítica, então, é a postura assumida por quem deseja tornar visíveis as singularidades.

Pois bem, quando afirmamos a importância de deixar ecoar a pergunta “o que é um problema?”, não o fazemos como uma tentativa de afirmar uma certa perspectiva a partir da qual seja possível amenizar as diferenças gritantes entre as possíveis formas de se conceber um problema. Quando afirmamos a importância de deixar a pergunta ecoar, afirmamos e presentificamos uma certa atitude diante da pesquisa e diante da linguagem. Afirmamos, então, uma atitude que, ao invés de bem treinada para identificar regularizações do discurso, assume uma audição interessada, uma audição que nada busca e por isso mesmo tantas coisas pode encontrar, nunca aquilo a que o treino procurava, mas, precisamente, a surpresa do imprevisível do que é singular – a multiplicidade que há no mundo, apesar de todas as normas, e das instituições; a linguagem, quando desobedece; os teimosos, contra qualquer lei.

Barthes (1984) diz coisas interessantes sobre a sua experiência com a fotografia. Ele inicia seu livro “A Câmara Clara” com as seguintes palavras:

Um dia, há muito tempo, encontrei uma fotografia do irmão mais novo de Napoleão, Jérôme (1852). Disse então para comigo, com um espanto que, desde então, nunca consegui reduzir: <vejo os olhos que viram o Imperador>. Por vezes falava desse espanto, mas como ninguém parecia partilhá-lo nem sequer compreendê-lo (a vida é feita assim de pequenas solidões), esqueci-o. (BARTHES, 1984, p. 11)

O autor chama atenção para o enigma que é a fotografia: uma tentativa de comunicar o incomunicável; uma tentativa de mostrar algo que foi visto por alguém, em um determinado momento. Ele apresenta a fotografia como uma forma de dizer: olha isso aqui que eu vi. O que fotografia pode realizar é produzir visibilidade. Não se trata simplesmente de uma reprodução fiel da realidade. Há o enquadramento que possibilita colocar elementos distintos no mesmo plano. Há o foco, que encaminha o modo de olhar.

Pensar a resistência como uma forma de dar visibilidade é abandonar um certo ideário valorativo *a priori*, o que, associado a uma busca de coerência, termina por dividir, por colocar em oposição, por afastar quem resiste. É por se assumir certos valores *a priori* e se obedecer à lógica da coerência que se pode colocar em oposição os que resistem por uma via combatente e militante e os que resistem pela via da criatividade.

Essas considerações se tornam relevantes para esta pesquisa na medida em que a pesquisa arqueogenealógica permite dialogar com o presente. Ao iniciar a caminhada, e ao interrogar o processo de inserção da Psicologia nas Políticas Públicas; ao esbarrar com a temática da Democracia; ao interrogar o modelo de proposição e o funcionamento das Políticas Públicas; nessa travessia, é importante lembrar dos processos que me atravessam.

Interrogar a Democracia em um país que nem sequer conseguiu solidificar suas instituições democráticas é algo sobre o que precisei pensar com calma. Isso porque parece

que nos deparamos com um elemento que é totalmente novo: não se trata de esperar que o Brasil finalmente assuma o desenvolvimento dos chamados países desenvolvidos – isso seria como supor que a história tem uma linearidade em que se caminha no sentido único das vias de desenvolvimento.

Por outro lado, hoje em dia, novamente o discurso da defesa da Democracia é acionado frente a emergência de problemas políticos. No Brasil, especificamente, a crise política ora assistida faz emergir uma vontade de Democracia: seja pela via de uma luta contra o suposto golpe, seja pela via da luta contra uma suposta ditadura comunista, o desejo de Democracia se instaura e ganha as ruas.

E diante disso, algumas questões parecem ganhar visibilidade. É o caso do que quero denominar de deslocamento dos problemas. Uma série de problemas ganha visibilidade no Brasil e no mundo inteiro hoje de uma outra forma. As questões das minorias aparecem. É curioso que o processo de redemocratização e a implementação de uma série de políticas públicas (ao lado de uma série de outros eventos, não restam dúvidas), desempenhem um papel que não é de solução dos problemas, e sim de deslocamento dos problemas, e de criação de novos problemas.

Duas coisas são certas: 1. é que o SUS é um dispositivo de segurança que faz funcionar uma biopolítica; e 2. é que esse mesmo SUS é um espaço que efetivamente realiza um tipo de transformação significativa na vida das pessoas que o atravessam, sejam como profissionais especialista, gestores ou gestoras e usuários ou usuárias. Nesse sentido, o que pretendo afirmar não é que tudo tem um lado bom e um lado ruim. O que pretendo afirmar é que: diante de uma análise que torna visíveis as contradições, é preciso não aceitar a contradição como resposta, mas ao contrário, modificar a estratégia de análise.

O problema que a defesa da Democracia levanta, no Brasil, muito distintamente de ser o problema de se tratar ou não de uma verdadeira Democracia, ou de se tornar, enfim, uma verdadeira Democracia, o problema levantado aí me parece ser um problema da ordem da análise que se está disposto a realizar dos modos de exercício do poder. Em outras palavras, é preciso que se realize uma arqueogenealogia da Democracia no Brasil, a fim de que se possa compreender com que elementos táticos, que estratégias o poder opera.

Parece-me que nesse momento é preciso admitir que as particularidades históricas de estar na América Latina, de ser uma ex-colônia de exploração, de se tratar de um país em vias de desenvolvimento, e toda uma série de outras particularidades históricas exigem que se desenvolva uma pesquisa a qual não obedeça a horizontes exteriores. O problema que a defesa da Democracia faz emergir é a necessidade de admitir que os procedimentos do poder no

Brasil (assim como em qualquer lugar) tomam uma forma singular. Então, não se trata aqui de defender ou demonizar a Democracia, de verificar se verdadeiramente o Brasil é uma Democracia, mas trata-se de admitir que a Democracia no Brasil não é o mesmo objeto que a Democracia no resto do mundo, e assim, para compreender seus caminhos, é preciso toma-la como uma incógnita = X e conduzir uma investigação de suas particularidades e singularidades em termos de estratégia de governo.

Mouffe (1996; 2003) fala sobre a Democracia e estabelece uma relação entre Democracia e pluralismo; diferenciando sua concepção de Habermas, trata-se de um “pluralismo radical” que vai colocar sempre em dúvida se uma Democracia está ou não sendo uma Democracia, argumentando que o pluralismo radical é a forma da Democracia, e ao mesmo tempo, o maior empecilho para sua efetivação.

Para a autora, o que conduz à ênfase no consenso quando se discute a Democracia, é a inabilidade de reconhecer o caráter irrevogável do poder e do antagonismo nas relações sociais.

Quando aceitamos que todo consenso existe como um resultado temporário de uma hegemonia provisória, como uma estabilização de poder que sempre vincula alguma forma de exclusão, podemos começar a encarar a natureza de uma esfera pública democrática de um modo diferente. A especificidade da democracia moderna repousa no reconhecimento e legitimação do conflito e na recusa em suprimi-lo pela imposição de uma ordem autoritária. Rompendo com a representação simbólica da sociedade como um organismo – característica do modo integracionista de organização social – uma sociedade democrática dá oportunidade para a expressão de interesses e valores conflitantes. A democracia pluralista demanda um certo consenso, mas tal consenso diz respeito apenas aos seus princípios ético-políticos constitutivos. Desde que esses princípios, contudo, possam apenas existir através de muitas interpretações diferentes e conflitantes, tal consenso está prestes a ser um “consenso conflitual” (MOUFFE, 2003, p. 17).

A discussão que ela aponta em termos de Democracia é importante para este trabalho à medida que lança luzes sobre o caminho percorrido durante o processo de abertura democrática no Brasil. Diante de uma organização e estruturação autoritária do poder, uma série de insatisfações provenientes de diversos lugares da sociedade – ou seja, uma certa pluralidade de vozes – emerge. E debates e discussões relativas ao espaço público passam a se multiplicar. Entretanto, com a efetivação da abertura democrática, o consenso aparece. E quando isso ocorre, novamente uma série de vozes voltam a ser silenciadas. No regime democrático, nem sempre esse silenciamento se dará pela via da imposição forçosa. Ele passa a se dar pela via dos equívocos, das superposições, das metáforas provocadas pelo consenso.

Assim, é preciso caminhar ao lado das vozes que insistem em silenciar no Brasil, a fim de compreender a estratégia que o poder se obriga a assumir para se efetivar e funcionar da maneira que melhor lhe convier.

CONTEXTO DE ABERTURA DEMOCRÁTICA BRASILEIRA

O período de transição entre o regime ditatorial Civil-Militar e o regime democrático no Brasil guardou o entrecruzamento de uma multiplicidade de acontecimentos de diversas especificidades e alcances. As lutas contra a Ditadura Civil-Militar tomaram variadas formas, tendo como pano de fundo mais evidente a intenção de romper com quaisquer possíveis manifestações do autoritarismo. A situação de extremismo político tornou harmonizável distintas vozes.

No livro *Guardiães da Ordem*, Coimbra (1995) menciona uma série de linhas de resistência as quais foram se encontrando ao longo da ditadura, para fazer frente a ela: a igreja católica, movimentos sociais dos bairros de grandes cidades, movimentos sindicais, movimentos acadêmicos e movimentos políticos partidários ou não.

Esses movimentos diversos e múltiplos constituíram uma certa formação discursiva. Uma formação discursiva que, de certo modo coincide com elaboração da Democracia, no Brasil. Uma formação discursiva é um elemento utilizado por Foucault para realizar uma análise recusando os *à priori*. Depois de recusar a todas as unidades arbitrariamente construídas, sobra um campo de dispersão e regularidades que possibilitam organizar essa dispersão, embora não se trate em hipótese alguma de unificá-la. Esse é o trabalho que Foucault pretende realizar: fazer aparecer essa dispersão e essas regularidades que não coincidem com as grandes unidades institucionalmente reconhecíveis.

Assim, o contexto de abertura democrática faz emergir uma formação discursiva. E essa formação discursiva se constitui a partir da multiplicidade das vozes daqueles que se contrapõem à Ditadura. A Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II, assume uma série de compromissos que culminam em uma modificação em sua posição política no Brasil ditatorial: ao invés de operar como tradicionalmente operava, na forma de instituição pacificadora de revoltas populares, torna-se o lugar de encontro das variadas linhas de resistência. A Reforma Sanitária, ao abraçar com certa radicalidade a concepção de saúde proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS), assume um compromisso político com a transformação da saúde em direito universal, exigindo a democratização da mesma. Movimentos sociais diversos, com exigências específicas, se aproximam e dialogam, sugerindo que tais exigências, embora específicas, não devem ser consideradas particulares, mas coletivas. Desde as populações periféricas até as mães de classe média que tiveram seus filhos levados pela ditadura passam a se engajar em lutas que são de caráter público. Os intensos debates e diálogos e a conseqüente unificação de todas essas forças foi a matéria viva

na qual se amarrou a estratégia de poder que elaborou uma certa regularidade discursiva referente aos desdobramentos da reabertura democrática. Essa regularidade se estabelece exatamente através da elaboração dos consensos, que viram a constituir os direitos inalienáveis da cidadã e do cidadão brasileiro, e que serão exatamente os objetos das Políticas Públicas.

As Políticas Públicas propostas no Brasil têm uma espécie de estrutura democrática, que pretende responder exatamente às exigências levantadas por essas linhas de resistência diversas assim como a Psicologia que se faz nas Políticas Públicas se faz em nome dessa mesma Democracia. Considerando isto, a primeira unidade a ser interrogada nessa pesquisa deve ser a Democracia. Entretanto, essa interrogação não se fará no sentido de tentar identificar o que é verdadeira Democracia, e sim no sentido de tentar buscar como foi possível a criação de um discurso democrático específico no Brasil pós Ditadura Civil-Militar. Ou seja, esse caminho conduziria simplesmente a uma análise crua de como se organiza o poder político no Brasil. Não seria possível realizar este intento em uma dissertação. Entretanto, ao menos, considerar o poder político, entender a Democracia como essa descrição do exercício do poder, ao invés de uma forma idealizada que seria exatamente a forma mais justa de exercício do poder, tomar a Democracia sob essa perspectiva possibilita um tipo de liberação frente a uma série de questões. A partir da decisão de tomar a Democracia não como o que ela deveria ser, mas como o que ela efetivamente é, a questão da defesa ou da crítica da Democracia cai por terra. O trabalho se torna especificamente o seguinte: uma análise dos mecanismos e táticas do poder democrático, e dos seus efeitos.

Assim, a seguir, pretendo encaminhar algumas questões tais como: 1. Por que essa Democracia ao invés de qualquer outra forma de governo para fazer frente à ditadura? 2. Como foi possível que em um país continental se construísse esse horizonte democrático que visualizamos? Quais são os elementos dispersos que compõem essa imagem que parece tão harmônica da Democracia?

Com relação à primeira interrogação, um breve encaminhamento. É curioso que que a Democracia seja a resposta eleita contra uma ditadura. Por que, mediante uma situação de profunda transformação social, a forma que conseguiu ganhar força e mudar as regras do jogo do poder foi justamente a Democracia? Como foi possível que essa Democracia que se faz no Brasil hoje aparecesse como solução para a situação política do Brasil ditatorial? A primeira interrogação a ser feita deve ser essa, porque a Democracia está longe de ser a possibilidade de criação de uma unidade discursiva coerente e consensual que representa os interesses de uma população. Ou será que é exatamente isso que está em jogo na Democracia?

Seria a Democracia essa forma de governo que possibilita aparar as arestas das diferenças e, através delas, inventar esse discurso que poderia ser reconhecido legitimamente como uma representação dos interesses dessa população múltipla?

A análise realizada por Mouffe (1996; 2003) permite perceber que se existe algo de potente que é preciso reconhecer na Democracia, essa potência consiste no seguinte: a Democracia parece essa forma de governo que menos disfarça a lógica do exercício do poder. Nesse sentido, cabe interrogar se a Democracia seria essa forma de exercício de poder mais legítima precisamente porque ao analisar a Democracia, encontramos o funcionamento simplesmente o exercício do poder: suas facetas positivas e negativas, suas estratégias e táticas.

A fim de desenvolver o segundo questionamento, julgo importante dar um passo para trás no caminho dessa pesquisa. Gostaria de tomar, nesse primeiro momento, ainda que de maneira superficial, o processo de construção do discurso democrático no Brasil, a partir da Ditadura Civil-Militar. E, para isso, parece estratégico interrogar as variadas linhas de resistência que se firmaram no Brasil ditatorial: os movimentos sociais e políticos que se construíram então. O discurso democrático que vem se elaborando no Brasil consiste numa tentativa (talvez muito bem sucedida) de construir uma certa homogeneidade a partir da pluralidade de vozes das resistências no Brasil. Deste modo, ao falar da Democracia aqui, não pretendo, conforme já disse, realizar um estudo teórico acerca da história do conceito de Democracia. O que pretendo é simplesmente tentar identificar onde se ancora e como se fortalece um discurso democrático específico no Brasil.

4.1 Breves notas para uma arqueogenealogia das Políticas Públicas no Brasil pós ditadura Civil-Militar

Conforme já assinalado, há uma série de linhas de resistência que se encontraram ao longo do período ditatorial. Gostaria de acompanhar algumas dessas linhas por um momento. O texto de Cecília Coimbra (1995) fornece um horizonte interessante que permite iniciar. A referida autora elenca vários movimentos sociais que faziam resistência à ditadura, movimentos que vão se formando nos bairros, especialmente os de periferia, politizando o cotidiano e colocando em xeque certos valores conservadores hegemônicos.

Para a autora, a igreja católica desempenhou um papel fundamental para o fortalecimento das linhas de resistência.

As CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] vão propiciar que seus núcleos nos bairros tornem-se pontos de convergência e cruzamento de experiências vividas em lugares distintos: é o caso dos migrantes – tanto no Rio quanto em São Paulo – que habitam as periferias; é o caso de militantes de esquerda, muitos ligados à luta armada e à clandestinidade, dispersos após o aniquilamento de suas organizações; é o caso, também, de militantes operários, muitos deles moradores nesses bairros periféricos, que não encontram espaços em seus sindicatos e fábricas. O ponto de encontro destes diferentes agentes passa a ser a Igreja, através das iniciativas de organização e mobilização popular em torno das reivindicações específicas dos bairros (COIMBRA, 1995, p 43).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são comunidades católicas formadas em bairros especialmente de periferia que se alastraram pela América Latina depois do Concílio Vaticano II, ancoradas principalmente na Teologia da Libertação. O Concílio Vaticano II foi um movimento, ao mesmo tempo, de enfrentamento de uma crise e de atualização da igreja católica que objetivou dar respostas a questões do mundo moderno, conjecturando um posicionamento político da Igreja. E a novidade que aí aparece é que esse posicionamento político não foi o de conciliação ou apaziguamento, mas o de trabalhar de maneira comunitária e trabalhar ao lado dos pobres (AZEVEDO, 2004). Esse compromisso é radicalizado com a Teologia da Libertação, que assume a transformação da realidade dos pobres como agenda prioritária e central, abrindo para diálogos com a esquerda emergente então na América Latina.

Cabe salientar ainda que, naquele momento, a forma de trabalho proposta para a condução dos fiéis católicos foi o fortalecimento da base comunitária. Isso é relevante à medida que o trabalho realizado pelas CEBs é capilarizado: trata-se da construção de um espaço em que se pode pensar a vida comunitária. Assim, as CEBs aparecem como uma série de espaços potentes que permitiram o exercício da resistência: espaços em que se pensa e transforma a vida pública em pleno período ditatorial.

Vários movimentos sociais, nascidos muitas vezes dentro das comunidades católicas são efeitos dos movimentos da população de pensarem as próprias comunidades, levantando questões que vão desde a coleta do lixo, a exigência de direitos tais como saúde e educação e passando pelo empoderamento das mulheres.

Todos esses movimentos vão – como já afirmei – construindo novas subjetividades no sentido de se assumir, nas lutas cotidianas, não somente noções como solidariedade, mas o próprio direito à cidadania e, gradativamente, vão mostrando às ‘autoridades’ o crescente fortalecimento das organizações populares que proliferam na época. Nos microespaços realizam-se pressões contra prefeituras, exigindo-se o atendimento a certos direitos básicos (COIMBRA, 1995, p. 48).

Além desses movimentos que se constroem em torno da comunidade e pensando uma solução para as questões comunitárias, houve também, ainda de acordo com Coimbra

(1995) um diálogo entre as CEBs e o movimento dos sindicalistas. Uma das justificativas da implantação da Ditadura Civil-Militar no Brasil foi a necessidade de se impedir o fortalecimento do movimento dos sindicalistas, criando as justificativas para a opressão do movimento operário. E com a forte repressão contra os movimentos sindicais, era nas suas comunidades que os trabalhadores podiam se reunir e resistir.

A aproximação entre esses movimentos possibilitou a construção de uma formação discursiva em torno da noção de Democracia. Seria, então, essa Democracia que as Políticas Públicas elaboradas desde 1988 teriam como horizonte, ou como referencial mais amplo. Voltemos, então, um pouco para a história dessas linhas de resistência.

4.1.1 O Concílio Vaticano II

O princípio da década de 1960, mais especificamente, e o princípio do século XX, de modo geral, levantou questões à toda a sociedade ocidental, e a igreja também foi atingida por tais questões. A interrogação acerca do papel do desenvolvimento técnico e científico, considerando as atrocidades que assistimos no início do século XX, e o desenvolvimento do liberalismo são questões que emergem naquele contexto que atravessaram os mais diversos setores da sociedade. E essas são as questões que levaram a igreja católica a realizar o Concílio Vaticano II:

A Igreja assiste, hoje, a uma crise que aflige gravemente a sociedade humana [...] mundo que se exalta em suas conquistas no campo da técnica e da ciência, mas que carrega também as consequências de uma ordem temporal que alguns quiseram reorganizar prescindindo de Deus. Por isso, a sociedade moderna caracteriza-se por um grande progresso material ao qual não corresponde igual progresso no campo moral (VATICANO, 2002, p. 3).

O Concílio Vaticano II, então, encaminha essas questões de um modo bem particular: o discurso proferido pelo Papa João XXIII na abertura solene do Concílio Vaticano II sinaliza uma preocupação com as questões políticas que se diferencia da postura dos que ele mesmo alcunhou “profetas da desventura” (VATICANO, 2002, p. 14). Ao invés de anunciar e lamentar a desventura daqueles dias, Sua Santidade, por um lado, lamenta que as questões políticas e econômicas prevaleçam em relação às de ordem espiritual, e por outro reconhece que “as novas condições da vida moderna” (VATICANO, 2002 p. 14) possibilitaram uma libertação da Igreja para que proceda como lhe convier no que concerne às questões da espiritualidade – uma referência ao direito à liberdade de credo.

Além disso, gostaria de assinalar que a partir do Concílio Vaticano II a Igreja Católica assumiu no Brasil uma posição diferente da que vinha sustentando desde o período colonial, isto é, uma postura de pacificação e conciliação. A partir de então, a igreja assume um compromisso com a população mais pobre – compromisso, este, radicalizado com a Teologia da Libertação (AZEVEDO, 2004).

Tais elementos facilitam um diálogo entre a igreja católica e diversos setores da sociedade. Coimbra (1995) afirma que será de dentro das comunidades da Igreja Católica, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgirão muitos movimentos sociais e tantos outros se fortalecerão: “Das CEBs provém um considerável número de ‘novos’ militantes que atuam nos bairros, nas fábricas e nos mais variados espaços. Significativamente as associações de bairros e diferentes movimentos sociais tornam-se, em geral, mais fortes onde há a criação de CEBs” (COIMBRA, 1995, p. 42).

Os documentos do Concílio Vaticano II apontam o trabalho comunitário com ampla e *ativa* participação dos leigos como uma forma de exercício da cidadania e da fé. É, na verdade, particularmente curioso o modo como a igreja reorganiza sua doutrina, o modo como ela desenha o seu próprio lugar dentro da sociedade:

Por outro lado, é próprio do poder público providenciar para que todos os cidadãos possam alcançar justa participação na cultura e se preparem para exercer devidamente os deveres e direitos civis. Portanto, o mesmo poder público deve defender o direito das crianças a uma adequada educação escolar, velar pela competência dos professores e pela eficácia dos estudos, atender à saúde dos alunos e, em geral, promover todo o trabalho escolar, tendo em consideração o dever da subsidiaridade e, portanto, excluindo toda forma de monopólio no ensino, que vai contra os direitos inatos da pessoa humana, contra o progresso e divulgação da cultura, contra o convívio pacífico dos cidadãos e contra o pluralismo que vigora em muitíssimas sociedades de hoje. O sagrado Concílio, porém, exorta os fiéis a colaborar espontaneamente, quer na busca dos métodos aptos de educação e de organização dos estudos, quer na formação de professores capazes de educar retamente os jovens; secundem com o seu auxílio, sobretudo mediante associações dos pais, todo o trabalho da escola e em particular a educação moral que na escola deve ser ministrada (VATICANO, 2002, p. 240).

Assim, essa nova configuração da Igreja, que não tem uma relação direta com a situação específica do Brasil ditatorial, mas tem a ver com os próprios interesses da Igreja de rebater as críticas que se lançaram contra ela e de reconquistar certos espaços de poder, cria e formata um espaço de diálogo com uma série de exigências que vêm de lugares outros. E quando digo “cria” e “formata”, o que quero dizer é que além de produzir esse espaço, de assegurar a existência dele, essa nova configuração efetivamente colabora com uma formatação específica da ação política: opera na comunidade, na micropolítica. O trabalho comunitário das CEBs, por exemplo, se embasa no interesse de engajar capilarmente a

sociedade, de fazê-la participar ativamente da construção de um modo de vida e de comprometimento com a própria vida. Essa formatação de trabalho será a formatação assumida pelas Políticas Públicas: a assistência, a saúde e a segurança operam diretamente nas comunidades, muito embora não somente aí, em parceria inclusive com as igrejas de cada comunidade.

4.1.2 A Reforma Sanitária

Além dessa primeira linha de resistência, há ainda algumas outras. Pensemos em outros movimentos atravessados pela luta contra a Ditadura: a Reforma Sanitária. Esse movimento, assim como o movimento realizado pela Igreja Católica, tem uma relação com o contexto político do século XX. Isso porque a reforma sanitária se embasa nas concepções referentes à saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A OMS é um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que foi criada depois da Segunda Guerra Mundial com o objetivo de romper com toda a barbaridade que se produziu no século XX e promover a paz entre as nações. Deste modo, a criação da OMS produz uma série de preceitos que vão ancorar as exigências por saúde enquanto um direito de todos, no Brasil.

Levando isso em consideração, gostaria agora de analisar de maneira mais específica a Reforma Sanitária no Brasil. Inicialmente, é preciso perceber que se trata de uma exigência pela construção de um eficiente dispositivo de segurança.

Já existiam antes do regime militar iniciativas no campo da Saúde Coletiva. Entretanto, o movimento de Reforma Sanitária vem propor uma certa radicalidade no que concerne às questões relacionadas à saúde. O Sistema Único de Saúde (SUS) é um sistema que se propõe universal, que realiza ações no campo da saúde com vistas ao atendimento de *todos* (o sistema de saúde brasileiro atende gratuitamente estrangeiros). Além disso, se organiza a partir de um modelo de atenção integral à saúde (opondo-se ao que se denomina modelo biomédico, focado em lesões objetivadas a serem tratadas por especialistas), com a organização do serviço em níveis de atenção.

Assim, a radicalidade a que se eleva a discussão em torno da saúde é atravessada por uma discussão ética e política. A compreensão de que a saúde é um *direito* de *todos*, ou seja, a ideia de que a saúde é um valor que deve ser preservado, independentemente da situação política ou econômica, e que todos os esforços devem ser feitos em na direção da

saúde, essa compreensão termina por se articular a luta pela promoção da saúde a uma luta pela Democracia.

No que tange especificamente à saúde, os diagnósticos realizados em escala continental, sobretudo acerca do patrocínio da Organização Pan-americana da Saúde (Opas), apontavam para um quadro sanitário preocupante que combinava baixa cobertura assistencial e disseminação de doenças marcadamente da pobreza, como as verminoses e aquelas de veiculação hídrica. As formas indicadas para o enfrentamento do quadro envolviam o planejamento e avaliação de ações, o que implicava a instituição de unidades especializadas nos ministérios e a gestão adequada de estatísticas vitais e sanitárias; a administração coordenada dos serviços de saúde, com a articulação dos âmbitos nacional e local, assim como a integração da prevenção com a assistência curativa; e a ênfase na formação e capacitação dos recursos humanos (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1961, *apud* PAIVA; TEIXEIRA, 2014, p. 19).

Elabora-se a compreensão de que para atingir a saúde efetivamente é preciso uma Democracia – é preciso a participação integrada da população, assim como a difusão de informações sobre a saúde e também, é preciso uma ação política que produza não cidadãos que simplesmente obedecem, mas que efetivamente façam funcionar uma lógica saudável em suas vidas. Não ser possível produzir saúde pensando de maneira totalizante coloca os militantes pela saúde na contramão da Ditadura.

4.1.3 Movimentos sindicais

Uma das justificativas para a implementação da Ditadura Civil-Militar no Brasil foi exatamente impedir a implantação de uma república de sindicalistas. O movimento sindicalista vinha se fortalecendo e atingindo algumas conquistas, até que veio o golpe civil-militar. Uma série de medidas foram tomadas para enfraquecer o movimento sindicalista, e consequentemente os trabalhadores de modo geral. Os ataques aos trabalhadores, de acordo com Santana (2008), são feitos através de duas vias: 1. O controle minucioso da atividade sindical, reduzindo-a a uma função assistencialista; e 2. A política de arrocho salarial, como tentativa de barrar a inflação.

De certa forma, serão estas duas perspectivas que marcarão os embates do movimento sindical nos anos vindouros. O Estado passa a alterar sua posição, no tocante tanto às questões trabalhistas como às questões sindicais. Ainda que também se pautasse pelo lastro da CLT, passava-se agora a dar realce aos seus ditames repressivos e de controle. Por não se propor a manter relações próximas aos sindicatos e relegando esses ao papel de controle sobre os trabalhadores, o Estado corta o canal de acesso em termos políticos que os sindicatos vinham tendo no período anterior e reforça a lógica assistencial naquelas entidades (SANTANA, 2008, p. 282).

Com esse excesso de controle, o Estado atrai para si o olho do furacão e se coloca no centro do conflito. Então, o Estado passa a ser visto como inimigo que deverá ser enfrentado e vencido. A esquerda, que estabelece diálogo íntimo com as questões dos trabalhadores, passa, então, a se reorganizar: seja no enfrentamento direto, assumindo a luta armada, seja em uma espécie de criação de uma frente política pela Democracia. A postura de enfrentamento foi a que ganhou mais força, e curiosamente a que veio a se estabelecer no exercício do poder (Vossa Excelência Dilma Rousseff, por exemplo, foi apoiadora da luta armada, foi torturada, e posteriormente, se elegeu presidente da república duas vezes). Mas vale demarcar que “a divergência de concepções nas lutas desenvolvidas no pós-64, ficaram estampadas nos encaminhamentos das movimentações contra o ‘arrocho salarial’ e contra a ditadura” (SANTANA, 2008, p. 287).

4.1.4 Pluralidade e abertura democrática

O contexto da Ditadura Civil-Militar é, conforme podemos observar, condição de emergência do diálogo entre setores que são muito distintos. A academia, a igreja, os sindicatos de trabalhadores, a população, começam a construir uma certa regularidade discursiva que permite estabelecer uma série de conexões entre os discursos acadêmicos (como é o caso da reforma sanitária), os discursos religiosos, os discursos de classe e os discursos políticos.

O que o contexto de uma Ditadura Civil-Militar produziu no Brasil foi exatamente a possibilidade de um diálogo entre pluralidades. Contra o poder destruidor do totalitarismo, a potência da diferença. Entretanto, isso não significa, em hipótese alguma, que o governo democrático que vivenciamos no Brasil seja o espaço aberto para a singularidade.

Me parece uma hipótese plausível que essas agremiações, essas comunidades tenham sido espaços que possibilitaram duas coisas: 1. uma série de diálogos e debates, encontros de perspectivas diferentes, desejos, interesses múltiplos, sendo assim o espaço de construção e de exercício de singularidades; 2. a realização de uma espécie de unificação de toda essa pluralidade resistente com o objetivo comum de se contrapor à violência da Ditadura Civil-Militar, a criação de uma série de consensos que teriam por função possibilitar uma espécie de ancoragem legítima para o novo exercício do poder, agora democrático. E essa unidade de vozes seria o coro que constituiria força para invadir a rua e destituir o poder ditatorial.

É importante salientar que isso não significa que haja uma relação de representatividade entre a população insurgida contra a Ditadura Civil-Militar e o discurso que se constituiu então. Essa é a armadilha do consenso. O consenso é vazio da experiência que o embate produz. Ao caminhar na direção do consenso, o que está em jogo não é mais a experiência que gera o conflito, a diferença, mas precisamente a construção de um caminho que permita, partindo da experiência do conflito, apagá-la. Se a experiência de precariedade com o cuidado com a vida gera conflito, a elaboração de uma estratégia de cuidado da vida consistirá na anulação dessa experiência. Entretanto, essa anulação não virá como resposta de cuidado com a vida e sim na forma de um acordo que, por um lado, obriga o Estado a se organizar e dar atenção a essa questão, de modo que ele possa se manter Estado, e, por outro lado, obriga as pessoas que reconhecem a importância do cuidado com a vida a se submeterem a uma lógica de administração da vida.

Observamos aí uma formação da ordem do poder. E também uma formação da ordem do saber. Assim, é preciso considerar que, encerrada a ditadura, essa formação discursiva que ganha força se torna uma espécie de ancoragem para o exercício do poder. Isso significa que alguém há de falar em nome: da saúde, da educação, da previdência, do controle social, dos sindicatos, da igreja. Entretanto, não se trata mais de um poder totalitário, e sim de um poder democrático.

Retomando a discussão já realizada sobre o poder, em Foucault, o poder não é uma coisa que se possui, se detém, ao contrário, trata-se de algo que se exerce em cada relação. Assim, as relações sociais são sempre relações de poder. O movimento que se vê desenhar ao longo da elaboração da Democracia brasileira é simplesmente o movimento de fortalecimento político de um ideário, da construção e estabelecimento de uma nova forma que vai ganhando a legitimidade e a hegemonia de exercer o poder. Ademais, lembrando agora Deleuze, em sua reflexão sobre a esquerda, o movimento realizado pela discussão política plural que vai se fortalecendo no Brasil, chegando ao ponto de derrubar a Ditadura, ao conseguir atingir seus objetivos, esse movimento (de esquerda) segue seu caminho na direção do poder. Os movimentos, outrora de resistência, tornam-se hegemônicos, ao assumir o lugar de poder (movimento que gostaria de descrever aqui não como a cerimônia de posse do governo, mas como a construção dos consensos), e para se manter no poder, é preciso calar as divergências. Nesse sentido, a formação dos consensos é fundamental, porque possibilita, por exemplo, que se transforme a saúde, requisição do povo, portanto consenso democrático, em um objeto de interesse do governo único e exclusivamente para a finalidade do governar.

Assim, para realizar uma análise da situação da inserção da Psicologia nas Políticas Públicas é preciso desfazer um tipo de superposição que se realiza entre: 1. as exigências que nascem da pluralidade, do encontro entre diferentes, das aproximações de vozes distintas; e 2. uma forma de governo – que por mero acaso, se chama Democracia. E nesse sentido, é preciso desconstruir uma continuidade estabelecida entre, por exemplo, a exigência de um povo sofrido por cuidado com a vida e uma resposta estatal de construção de um dispositivo de segurança que pretende simplesmente inserir as questões do cuidado com a vida no âmbito de uma técnica de governo e de uma biopolítica.

Nesse sentido, creio que não é demasiado cedo para encaminhar uma das questões a que esse trabalho se detém. *Os nós que permitem prender as exigências políticas que nascem da pluralidade a uma estratégia de governo são os elementos que possibilitam que uma série de enunciados que se pretendem defensores da pluralidade, como é o caso de uma Psicologia politicamente comprometida, terminem por, apesar de seu comprometimento com a transformação social, colaborar com a efetivação de práticas de governo – exatamente por fazerem confundir, por exemplo, a saúde exigida pelo povo com a saúde que o Estado oferece à população.*

Em um texto intitulado *A Psicologia Social como ciências da Democracia*, Rose (2011) apresenta uma análise particularmente interessante acerca das relações que se pode estabelecer entre as tecnologias produzidas pela Psicologia Social e um governo democrático. O autor afirma que desde 1930 até 1950, a Psicologia Social faz muitas referências à Democracia. Essa Democracia aparece como solução mais apropriada para uma série de problemas do início do século XX. Problemas, estes, os quais inclusive já foram citados nesta pesquisa em diversos momentos como elementos que mobilizam certos posicionamentos políticos. O autor considera que esse interesse pela Democracia seja correlato à capacidade técnica da Psicologia Social de responder aos problemas que emergem em “regimes liberais democráticos avançados” (ROSE, 2011, p. 164).

Para o autor, “governar cidadãos de maneira democrática significa governá-los através de suas liberdades, escolhas e solidariedades, e não apesar delas” (ROSE, 2011, p. 164). Para tanto, a Psicologia Social tomou para si a tarefa de construir tecnologias que pudessem assegurar a possibilidade do exercício de um governo democrático legítimo. Trata-se de uma possibilidade de intervir sobre o comportamento de uma população sem atentar diretamente contra as liberdades individuais. E a construção dessas tecnologias consistiu na elaboração de instrumentos e mecanismos que fornecessem não apenas o conhecimento acerca do homem, mas meios de intervenção sobre o comportamento da população. Assim,

O teste psicológico, ao combinar normalização, julgamento e verdade torna-se um procedimento vital dentro de todas aquelas práticas nas quais a eficiência de uma organização passa a ser vista como dependente de uma utilização racional do fator humano (ROSE, 2011, p. 169).

Isso porque essa ferramenta possibilita a produção de informações que ajudam a planejar intervenções as quais balizam a conduta da população. Vejamos como isso funcionou no caso das atitudes. O autor afirma que técnicas de governo baseadas na legislação ou em forma de proibição eram tão ineficientes quanto a magia no que concerne ao controle da natureza, uma vez que, em ambos os casos, o conhecimento necessário sobre a natureza e sobre a natureza humana eram desconsiderados. Assim, Rose inicia um esboço de como a Psicologia Social realizou um processo de produção de um saber sobre o social baseado na estatística, com objetivo de decifrar a motivação humana.

A noção de atitude aparece aí como noção fundamental, uma vez que esse conceito representaria uma unidade que possibilitaria compreender e até mesmo calcular a motivação humana.

Ao conhecimento das atitudes e dos valores sociais, devia-se adicionar o conhecimento da ‘definição da situação’ pois era isso o que determinaria as atitudes relevantes para aquela situação e, conseqüentemente, selecionaria uma dentre uma pluralidade de ações possíveis. O conceito de atitudes estabeleceu, assim, uma conexão entre os valores sociais e a atividade individual por meio de um entendimento psicológico: as atitudes eram a contraparte individual dos valores sociais, a forma de conexão que um indivíduo estabelecia com um valor. Essa mútua tradutibilidade entre valores sociais e ações individuais, dada por um inteligível espaço de atitudes e significados, é que viria a ser crucial para o poder que as atitudes passariam a ter enquanto princípio organizador das tecnologias individuais (ROSE, 2011, p. 174).

E, uma vez que passa a ser possível identificar as influências a serem aplicadas a uma certa atitude a fim de produzir outra atitude; assim como se torna possível identificar que atitudes devem ser positivadas com relação a valores sociais específicos de modo que o indivíduo ou grupo possa produzir outros valores sociais, a vida consciente humana passa a estar, em hipótese, completamente mapeada.

As pesquisas de opinião pública colaboraram para a associação governo democrático – Psicologia Social. A ideia de *público* suplantou as ideias de *massa* e de *multidão*, à medida que esses conceitos abriam margem para pensar uma potência política ingovernável, enquanto o público consistia não em uma unidade, mas em uma multiplicidade de indivíduos. Então, a possibilidade de realizar um levantamento da opinião pública era o elemento que asseguraria a legitimidade da Democracia, de modo que a pesquisa da opinião pública poderia inclusive vir a suplantiar a urna eleitoral, à medida que passaram a ser desenvolvidas técnicas de pesquisa as quais permitiam prever os resultados das eleições – passou a ser possível a realização de uma leitura das atitudes da população.

Deste modo, Rose (2011) aponta como a produção de uma Psicologia Social de delineamento quantitativo se associa intimamente com a efetivação de uma Democracia liberal avançada. Entretanto, essa não é a única forma que possibilita associar o desenvolvimento de uma Psicologia Social e o desenvolvimento de uma Democracia liberal.

O desenvolvimento de trabalhos com grupo também é objeto de sua análise e nos mostra como foi possível construir uma tecnologia que permitisse alinhar “as necessidades da indústria com a satisfação do trabalhador” (ROSE, 2011, p. 192). O grupo seria esse “intermediário entre o indivíduo e a população” (ROSE, 2011, p. 191), que possibilitaria à indústria um alinhamento com a ordem democrática.

O trabalhador não era nem um ente bruto acéfalo, nem uma máquina psicofisiológica, mas um indivíduo com uma composição psicológica particular em termos de inteligência e emoção, com medos, angústias e ansiedades, cujo trabalho era dificultado pelo tédio e pela preocupação, e cuja a resistência à administração era frequentemente baseada em preocupações racionais e cuja eficiência da

produtividade era altamente dependente de simpatia, interesse, satisfação e contentamento (ROSE, 2011, p. 192).

O trabalho com grupos nas indústrias foi o responsável por produzir pesquisas que mostravam, por exemplo, que um grupo organizado de maneira democrática é mais produtivo (atribuindo à Democracia uma legitimidade que viria da ciência). E mais que isso, o grupo produzia relações que colaboravam com a manutenção da saúde mental. O grupo se tornou esse elemento que possibilitou um maior engajamento profissional dos trabalhadores, uma certa forma de promoção da saúde mental e uma caução ao saber que garantia esses resultados um lugar privilegiado no que concerne à administração.

Assim, o desenvolvimento de trabalho com grupos se torna a peça que permite engajar o indivíduo na ordem democrática, de modo que ele se torne dócil diante da ordem estabelecida; e, mais ainda, de modo que ele passe a fazer funcionar os elementos de governo.

Tendo em mente as contribuições de Rose (2011) sobre a relação que se pode estabelecer entre a Psicologia e a Democracia, creio que cabe aqui pontuar algumas particularidades referentes ao modo como a Psicologia no Brasil se aproxima da Democracia. É certo que a emergência de um interesse democrático na Psicologia brasileira está atravessada pelas questões Rose (2011) aponta. Os limites que o século XX põe em destaque colabora para o fortalecimento de discursos democráticos. Entretanto, cabe pontuar alguns distanciamentos. Por exemplo, a análise de Rose (2011) se dá em um contexto eminentemente liberal. No Brasil, esse impulso, apesar de atravessado pelo neoliberalismo, conta também com uma orientação teórica marxista, uma tendência progressista, de esquerda

Talvez, exatamente por isso, possamos observar uma particularidade no modo como a relação entre a Psicologia e um certo discurso democrático aparece no Brasil. Por exemplo, ao invés de se fortalecerem as linhas da Psicologia que dialogam com métodos quantitativos, o que ocorre é a elaboração de uma série de críticas a esse método, de modo que, no que concerne à inserção da Psicologia nas Políticas Públicas, a Psicologia Social a ser positivada é uma Psicologia Social de orientação marxista, abrindo espaço para o diálogo mais amplo com linhas de pesquisa radicalmente críticas.

Apesar disso, cabe pontuar que é possível traçar um paralelo entre o trabalho dos grupos nas organizações analisados por Rose e o trabalho desenvolvido nos diversos serviços das Políticas Públicas, com uma particularidade: ao invés de se tratar de um processo que permite harmonizar os interesses dos empregados aos interesses da empresa, se trata de um processo que claramente tenta harmonizar os interesses dos cidadãos aos interesses de um governo democrático. E isso é afirmado sem muito pudor.

A Psicologia que se faz no Brasil nesses contextos é uma Psicologia que, diferentemente de ter como *output* o trabalhador produtivo e engajado na empresa, produz o cidadão emancipado. E o cidadão emancipado nada mais é do que a unidade da população – enquanto o cidadão *em vias de emancipação* seria a unidade do povo.

5.1 As cartilhas do Conselho Federal de Psicologia

Atentando para as considerações de método já mencionadas, gostaria de prosseguir agora com a análise das cartilhas do Conselho Federal de Psicologia. Gostaria de iniciar falando um pouco sobre o processo de elaboração das cartilhas.

Conforme já assinalado anteriormente, o Conselho Federal de Psicologia, com intuito de promover a inserção da Psicologia no campo das Políticas Públicas, tomou iniciativas tais como a realização do denominado Banco Social de Serviços, que posteriormente se transformou no CREPOP.

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas deve fazer, permanentemente, um esforço de identificar as práticas dos psicólogos no interior das Políticas Públicas, práticas estas que estão dispersas, desorganizadas ou são eventuais e convocar os seus protagonistas, ou seja, aqueles psicólogos que são pioneiros ou que estão respondendo por essa prática, no sentido de que eles se organizem para produzir referências sobre essa atuação, para que depois possam ser documentadas e possam ser colocadas à disposição daqueles que as necessitam. Essas referências devem estar à disposição dos psicólogos que desejam trabalhar nessa esfera de Políticas Públicas, dos contratantes dos psicólogos, no sentido que eles possam ter clareza da contribuição específica e das expectativas legítimas que podem ser cultivadas acerca da participação da Psicologia nessas Políticas Públicas, e das universidades e centros de formação, no sentido de que o conhecimento dessas práticas possa orientar o preparo dos futuros psicólogos já sintonizados com a realidade do mercado profissional (CFP, 2005, *online*).

Vê-se nesse processo um elemento interessante. Conforme já discutido anteriormente, a Psicologia é um campo de dispersão que nasce a partir da necessidade de subjugar a existência, e desse modo, somente a partir da compreensão do regime de poder em que ela está inserida é possível vislumbrá-la como uma unidade. A figura Homem, então, é um efeito das práticas psicológicas.

Tendo em vista essas considerações sobre o desenvolvimento da Psicologia e entendendo que a inserção da Psicologia nas Políticas Públicas cria uma nova territorialidade: trata-se de um novo campo de atuação que exige a construção e elaboração teóricas e práticas; e tendo em vista os jogos de poder e vontade de governo em questão, cabe tentar desenhar o movimento realizado pela Psicologia ao se inserir nas Políticas Públicas, exatamente a fim de demonstrar *como* se deu a associação entre as requisições que tomaram forma ao longo da

Ditadura Civil-Militar e a construção de uma nova estratégia de governo, por acaso denominada Democracia. Esse é o trabalho a ser realizado por uma arqueogenealogia.

O movimento de construção das referências técnicas para a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas é realizado com base na diretriz Investigação Permanente em Psicologia e Políticas Públicas, da seguinte maneira, de acordo com o documento que organiza a metodologia do CREPOP (CFP, 2012):

- a) primeiro circuito: delimitação do campo e do objeto, levantamento bibliográfico sobre todo o aparato discursivo referente à política em questão, construção de um quadro da distribuição da política em todo o país;
- b) segundo circuito: levantamento de informações junto às psicólogas, aos psicólogos e aos espaços onde ocorre a atuação investigada; sistematização das informações levantadas;
- c) elaboração das referências.

Entre 2010 e 2011 identificou-se uma necessidade de pensar o método utilizado pelo CREPOP para a produção das referências para atuação da Psicologia nas Políticas Públicas. Nesse processo, elaboraram-se os três circuitos apresentados anteriormente. O primeiro movimento, então, foi o de delimitar campo e objeto de investigação. Nesse momento do texto, realiza-se uma discussão acerca dos limites do Estado para a efetivação das Políticas Públicas, dando visibilidade a uma articulação entre Estado, população e o setor privado, articulação essa que será um elemento a ser considerado para a efetivação das Políticas Públicas.

Nesse sentido, a definição do campo deve partir dos marcos lógico, legais federais, considerando como os grandes sistemas de políticas sociais se estruturam. Para isso, dever-se-á considerar como grandes marcos políticos, as leis, programas e planos, em nível federal (CFP, 2012, p. 14).

Isso atribui ao CREPOP a possibilidade de assumir um lugar de julgamento com relação ao funcionamento das Políticas Públicas. Entretanto, não existe discussão explícita sobre os critérios estabelecidos para a realização de tal julgamento.

Entendeu-se que, em qualquer caso, a investigação do Crepop poderá e deverá ensejar a avaliação e a crítica às políticas públicas. Por exemplo, na direção de apontar como os marcos legais e políticos estão ou não sendo seguidos nos equipamentos, público-estatais ou não (CFP, 2012, p. 14).

Assim, apesar de em um primeiro momento a discussão realizada à cerca da definição do campo e do objeto apontarem para uma abertura para atividade analítica radical, o que aparece aí é um outro elemento: uma discussão política em termos de verificar se a lei e

os direitos políticos estão efetivamente sendo realizados. A lei, e, portanto, o poder, começam a aparecer como critério norteador da produção de um saber. É possível identificar aí o aparecimento da superposição entre o que é da ordem da lei, do direito, do poder e da política e o que seria da ordem de um comprometimento ético com a transformação da sociedade. O primeiro elemento que aparece quando se trata de estabelecer um critério de julgamento é o que está assegurado como direito na Constituição, o que não necessariamente (e na maioria das vezes, não efetivamente) coincide com a experiência de um povo mediante seu governo.

Prosseguindo, com relação ao procedimento do primeiro circuito, o movimento desenhado nesse circuito é de levantamento de informações mais gerais. E trata-se especificamente disto: a construção de um texto que permita o fácil acesso aos documentos que norteiam a elaboração das Políticas Públicas. Nesse caso, não é realizada análise, apenas a reunião de uma série de informações – informações que não deverão ser questionadas. Além disso, é realizado o que chamarei de levantamento institucional. Refere-se ao levantamento do campo, entretanto, os critérios apresentados são critérios institucionais, que vão desde os organogramas e equipamento que compõem a política até a instituição de controle social da mesma. No primeiro circuito, são também definidos os instrumentos a serem utilizados na coleta de dados.

No segundo circuito, são aplicados todos os instrumentos definidos no primeiro circuito são aplicados de modo que se possa produzir dados comparáveis em escala nacional. Para assegurar a realização exitosa deste processo, são realizados treinamentos com os técnicos do CREPOP. Os instrumentos utilizados pelo CREPOP são os seguintes: *questionário on-line*, ferramenta que possibilita uma abrangência geográfica de determinada política; *entrevistas*, dentre as quais a entrevista com o gestor macro – que objetiva identificar como os gestores percebem o trabalho das psicólogas e dos psicólogos nessa área, e nesse caso, os gestores e gestoras considerados são o responsável pela Política Pública em questão ou secretários e secretárias estadual ou municipal de uma das áreas mais relacionadas à política em questão; entrevista com os gestores dos serviços nos quais os psicólogos e as psicólogas atuam; entrevista com a psicólogos e psicólogas, as quais ocorrem quando o número de profissionais é restrito, impossibilitando a realização de métodos grupais; *pesquisa qualitativa em grupo*, com a realização de grupos de psicólogos e grupos multiprofissionais, tendo o objetivo de identificar modos de atuação da Psicologia ou interdisciplinares; ou ainda rodas de conversa, que não têm a função de produção de dados, mas possibilitam uma abertura para o diálogo não somente entre as categorias que trabalham em certa política, mas também com os gestores, estagiários e professores universitários.

Após a aplicação dos métodos escolhidos, são produzidos relatórios regionais e os dados são sistematizados pelo Grupo de Pesquisa Marxismo e Educação (GPME), coordenado pelo professor Oswaldo Yamamoto, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), de acordo com deliberação do VII Congresso Nacional de Psicologia.

Em seguida, já no terceiro circuito, o documento de referência é elaborado tendo como base a investigação realizada e como norte os pactos da categoria no que concerne ao seu fazer.

As referências são dispositivos que o Conselho Federal de Psicologia oferece aos psicólogos, com a finalidade de apresentar propostas técnicas e éticas para o desenvolvimento de uma prática psicológica qualificada, e, no campo das políticas públicas, adequadas a uma atuação que contribua para a efetivação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, bem como dos direitos civis e políticos (CFP, 2012, p. 23).

A redação da referência é efetivada por uma comissão *Ad-hoc*, cujos responsáveis são determinados em plenário e devem escolher especialistas para compor a comissão e coordenar o desenvolvimento do trabalho. A comissão deverá se encontrar para se apropriar do material produzido nos circuitos anteriores, definir o que deverá compor cada eixo da referência e delegar entre os participantes a escrita de cada eixo. Após isso, dá-se um intervalo de 40 dias para a escrita e marca-se nova reunião para apresentação dos eixos produzidos e discussão entre os integrantes da comissão. O próximo passo será a entrega do material à Coordenação de Comunicação Social do Conselho Federal de Psicologia para revisão técnica e diagramação. Então, o documento é disponibilizado para consulta públicas (por um período de mais 40 dias) e em seguida deve ser realizada uma sistematização das contribuições provenientes da consulta pública e esses dados devem ser discutido em reunião por telefone entre os membros da comissão. Após o acréscimo das contribuições consideradas pertinentes, o conselheiro responsável pela comissão apresenta o documento final à plenária e recomenda sua publicação. Caso haja alguma sugestão a ser incorporada ao texto final, os membros da comissão devem ser informados e finalmente o texto definitivo é novamente enviado para a revisão técnica e diagramação e então disponibilizado nos sites do CREPOP e do CFP e distribuído entre os CRPs, cursos de graduação e em quaisquer espaços considerados pertinentes.

As informações apresentadas acima foram extraídas do documento disponibilizado pelo CREPOP referente à sua metodologia. Gostaria de passar agora a uma análise desses procedimentos.

A consulta pública é um elemento importante a ser considerado. Porque esse elemento que é considerado *metodológico*, é também uma forma de assegurar o caráter *democrático* do processo. Ou seja, este é um elemento ao mesmo tempo metodológico (referente ao campo do saber) e político. A participação coletiva na tomada de decisão sobre um dado assunto é um elemento da Democracia que a Psicologia, ao se aproximar das Políticas Públicas, faz funcionar não apenas como um elemento político estabelecido, mas como uma questão de método. Ora, a análise que Coimbra (1995) conduz acerca do modo como a Psicologia se realizava no período da Ditadura Civil-Militar mostra como as marcas do autoritarismo se reproduziam na própria forma como as instituições se organizavam: as hierarquias, a positivação de modelos familiares privados operacionalizando um esvaziamento do interesse no público são, para a autora, elementos que mostram as contribuições dadas por certas formas de fazer Psicologia ao regime militar.

Tomando este trabalho como inspiração, a investigação que conduzimos consiste em adotar o discurso democrático que se faz entre Psicologia e Políticas Públicas como objeto com o intuito de analisar como a Psicologia colabora com o governo democrático – não com o governo que deve ser verdadeiramente democrático, mas a forma de governo instituída no Brasil, hoje. Percebe-se aí que elementos do funcionamento do poder atravessam a elaboração das cartilhas do princípio ao fim. Percebe-se também que o consenso é elemento de legitimação do saber tanto quanto é de legitimação do poder, e deste modo, sugere que silencia as diferenças dentro do campo de saber tanto quanto o faz dentro do campo do poder.

O procedimento de pesquisa que culmina com a elaboração das referências consiste na realização de um movimento que vai da prática a um processo de teorização e fundamentação. As psicólogas e os psicólogos pioneiros são convidados a compartilhar suas práticas, ainda não fundamentadas para a construção dessa fundamentação. E essa fundamentação é elaborada a partir do *entrecruzamento das práticas incipientes com dados de distribuição geográfica (estatística) das políticas e um horizonte jurídico*.

Voltando um pouco acerca dos dispositivos de segurança, a produção de saber típica desses dispositivos se baseia em um saber empírico, um saber que consiste numa aceitação do real que possibilite sua administração. Se, por um lado, conforme já discutido, no Brasil, a Psicologia que se faz nas Políticas Públicas é muito mais voltada ao trabalho com grupos que um trabalho de caráter estatístico, o que diferencia o Brasil da realidade analisada por Rose (2011), por outro lado, observa-se que a definição das propostas de atuação para a Psicologia, apesar da orientação marxista, apesar do apelo à crítica, ancora-se de um lado em um horizonte jurídico que guarda a ambiguidade dos direitos (que, apesar de serem

elaborados a partir de necessidades legítimas de um povo, servem às estratégias de governo), e de outro em uma série de dados estatísticos sobre a própria organização da política, sobre a população envolvida e sobre os próprios profissionais das Políticas Públicas.

É possível observar mais minuciosamente a articulação *práticas psicológicas – discurso jurídico – dados estatísticos* ao analisarmos mais detalhadamente as próprias Cartilhas.

Com poucas exceções, as cartilhas se organizam em torno de quatro eixos: uma dimensão ético-política, uma contextualização sobre a aproximação entre a Psicologia e a política pública específica, a atuação da Psicologia nesse contexto e algumas reflexões sobre a gestão da política pública. A análise será conduzida a partir destes eixos.

O primeiro eixo, eixo ético-político, é composto por uma discussão em termos de fundamentação e legitimação. Os próprios textos se apresentam como uma “referência sólida para a atuação da Psicologia” (CFP, 2013, p. 11). Vale salientar ainda que se trata de um material “não para ser seguido como uma norma rígida, mas para ser tomado como uma referência sólida e cuidadosa a fim de fortalecer as discussões e as experiências práticas da Psicologia brasileira” (CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP), 2008, p. 9).

Entretanto, o lugar da fundamentação e da legitimação apresenta uma particularidade interessante. Conforme já discutido anteriormente, a Psicologia apela para a Epistemologia a fim de encontrar sua fundamentação e sua legitimidade. Porém, conforme também já discutido, o superdesenvolvimento técnico científico está intimamente relacionado às problemáticas às quais as Políticas Públicas pretendem responder. Nesse sentido, a Epistemologia não será o aliado mais interessante para a ancoragem da Psicologia, uma vez que a Epistemologia é o lugar de fundamentação do conhecimento científico. Ou, pelo menos, não será qualquer discussão epistemológica que será boa aliada.

Conforme também já discutido, a Crise de Relevância da Psicologia Social possibilitou a criação de uma nova Psicologia Social no Brasil, uma Psicologia Social comprometida com a transformação da *práxis*. A construção dessa nova Psicologia Social envolveu um deslocamento da discussão epistemológica para a discussão política. Ao apontar a “natureza histórico-social” (LANE, 1989a, p.19) do ser humano, Lane atribui à discussão política o lugar tradicionalmente destinado à discussão epistemológica. A proposição da contribuição com a transformação da sociedade e não é somente o resultado de uma discussão política, ela é também o resultado de uma discussão que se pretende epistemológica, culminando com a construção de uma visão de homem. Assim, ao tornar possível que uma

discussão de ordem política possa desempenhar a função de fundamentação e legitimação de uma forma de pensar e fazer Psicologia, a nova Psicologia Social aparece como referencial mais adequado ao trabalho nas Políticas Públicas.

Uma atuação comprometida com a promoção de direitos, de cidadania, da saúde, com a promoção da vida e que leve em conta o contexto no qual vive a população referenciada pelos CRAS tem o suporte teórico e prático de Sílvia Lane, Martín Baró, Sawaia e de vários outros estudiosos da Psicologia Social, da Psicologia Comunitária, da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicologia Institucional, dentre outras (CREPOP, 2007, p. 18).

E, como consequência disso, se coloca o apelo ético. Uma vez que o homem é um ser integral que é atravessado pelas questões que o envolvem nessa sociedade, uma vez que essa sociedade produz formas de exclusão e exploração, é uma questão política, mas principalmente uma questão ética o engajamento da Psicologia na transformação dessas relações de exploração, que produzem exclusão.

O envolvimento de profissionais do campo psicológico com as questões sociais se sustenta pela exigência ética de que onde houver seres humanos sendo explorados, humilhados, desqualificados, discriminados, aí está a real demanda para esses profissionais. Da mesma maneira, onde existirem pessoas tentando construir caminhos que viabilizem novas formas de viver e que superem as condições de produção de sofrimento, humilhação e cerceamento da capacidade crítica e criativa que lhes estão sendo impostas, aí está o chamamento para que esses profissionais se coloquem a serviço dessa construção (CFP, 2013, p. 32).

O segundo eixo apresenta a relação entre a Psicologia e a política específica em questão. Nesse espaço, apresenta-se a política: como está organizada, seus embasamentos, as instituições a ela relacionadas e o objetivo para o qual ela foi desenhada. Essa apresentação é feita buscando articulações com as intervenções dos psicólogos e das psicólogas, e também agrega as atribuições destes profissionais.

O terceiro eixo se dedica mais especificamente às possibilidades de atuação da categoria na política específica. Nesse tópico, elaboram-se princípios e critérios norteadores para pensar as intervenções de Psicologia. E esses princípios e critérios norteadores tomam por base os objetivos das políticas.

Atuações de caráter coletivo são privilegiadas, com críticas diretas à clínica considerada tradicional: “atuar para além dos *settings* convencionais, em espaços adequados e viáveis ao desenvolvimento das ações, nas instalações do CRAS, da rede socioassistencial e da comunidade em geral” (CFP, 2007, p. 26). Além disso, o trabalho intersetorial também é positivado, uma vez que permite a criação e o funcionamento ótimo de uma rede de Políticas Públicas. Entretanto, o que é mais interessante nesse eixo diz respeito à enumeração de

diversas possibilidades de atuação as quais permitem à psicóloga e ao psicólogo engajar os usuários dos serviços disponibilizados pelas Políticas Públicas na efetivação dos objetivos das políticas. E essas possibilidades de atuação são elencadas a partir da especificidade de cada política. Assim, de acordo com o processo de construção das Cartilhas, o movimento que vai se desenhar é o de uma amarração entre as práticas psicológicas e toda uma teia de saber e poder a fim de assegurar a construção de um certo ideal de sociedade que possibilite a manutenção do poder.

O último eixo trata da questão da gestão e dos desafios enfrentados pela Psicologia. Aqui são discutidas questões da ordem das relações de trabalho e dos desafios a serem enfrentados não somente pela categoria, mas também pelas políticas de modo geral. Assim como no caso das propostas de intervenção, a ideia é a de garantir ferramentas as quais possibilitem um desenvolvimento ótimo das Políticas Públicas. Entretanto, neste espaço é possível pensar essa questão um pouco além, não somente elaborando ferramentas que permitam intervir na sociedade, de acordo com o estabelecido nas políticas, como também, realizando o trabalho de pensar modos através dos quais pode ser possível melhorar a efetividade das políticas.

As considerações anteriores nos permitiram elaborar uma problemática específica em torno da questão da inserção da Psicologia nas Políticas Públicas, apresentando como aspectos que chamam a atenção:

- a) a existência de um oásis discursivo em um campo de dispersão e disputas como é o caso da Psicologia;
- b) a emergência de uma Psicologia politicamente comprometida que coaduna com práticas biopolíticas, cumpliciando discursos que se supõem críticos e de resistência com o exercício de um biopoder.

Esses dois aspectos foram colocados sob a forma de interrogações norteadoras para este trabalho. E, concluída a análise, pode-se perceber que as Cartilhas do CREPOP efetivamente dispõem de competência para colaborar com a proposição, execução e avaliação das Políticas Públicas, uma vez que se ancoram nos elementos que estabelecem, de um lado a legitimidade do governo democrático, e do outro, sua estratégia.

Ora, se a superposição entre as exigências políticas de um povo que nascem da sua experiência frente à vida e uma estratégia de governo, se essa superposição é o que torna possível uma aproximação entre uma Psicologia politicamente comprometida e o exercício das Políticas Públicas; o modo como essa aproximação ocorre é através de um entrecruzamento das práticas psicológicas incipientes, de dados estatísticos sobre a

população e do horizonte jurídico que é exatamente o plano no qual repousa a superposição já citada.

É preciso, então, salientar que apesar da emergência de um comprometimento político das práticas de Psicologia, ao deixar de interrogar as estratégias do poder, e ao se aproximar dessas estratégias, a possibilidade de sua intervenção parece muito mais comprometida com a efetivação de uma prática de governo (a Democracia, tal como ela se efetiva e não tal como ela deveria ou poderia ser) do que a um comprometimento com a transformação da sociedade.

Assim, tendo em vista os indicadores táticos que esta investigação permitiu construir, talvez caiba convidar não a Psicologia, pois a Psicologia é um saber, um discurso, mas as existências atravessadas pela Psicologia a repensar o que é chamado de comprometimento político, comprometimento com a transformação social. Um convite não no sentido de uma acusação, mas no sentido de uma aproximação. É sim preciso cuidar da vida. Às vezes, isso envolve jogar o perigoso jogo da política. Então, que esse cuidado seja desempenhado com rigor.

Se a inserção da Psicologia nas Políticas Públicas está atravessada por aproximações entre propostas salvacionistas e aproximações com formas cruéis de governo, e ainda assim, essa inserção é respaldada pela ampliação de vagas para psicólogas e psicólogos nas Políticas Públicas, cabe a cada existência a possibilidade de jamais esquecer o que atribui respaldo e legitimidade à Psicologia. Acerca disso, Canguilhem (1973, p. 104) nos dá uma pista:

“A questão ‘Que é a Psicologia?’ parece mais perturbadora para o psicólogo, do que é, para o filósofo, a questão ‘Que é a Filosofia?’ [...] para a Psicologia, a questão de sua essência, ou mais modestamente de seu conceito, coloca em questão também a própria existência do psicólogo, na medida em que, por não poder responder exatamente sobre o que é, tornou-se bastante difícil para ele responder sobre o que faz, ele não pode, então, procurar, senão numa eficácia sempre discutível, a justificação de sua importância de especialista, importância que não desagradaria absolutamente a alguns que ela originasse no filósofo um complexo de inferioridade” (CANGUILHEM, 1973, p. 104).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória deste trabalho se iniciou com uma interrogação acerca da inserção da Psicologia especificamente no contexto da Atenção Primária à Saúde. As primeiras questões tinham a ver com o fato de se tratar, geralmente, da inserção da Psicologia nessa área da seguinte maneira: um novo campo de atuação no qual as psicólogas e os psicólogos ainda não sabiam exatamente o que fazer, o que exigia – dada a grande abertura que havia para esses profissionais naquele campo – que se realizasse uma transformação das grades curriculares dos cursos de Psicologia para atender essa nova demanda. Essa reconfiguração implicaria em um aumento no número de disciplinas de Psicologia Social, uma vez que a Psicologia Social seria o arcabouço teórico metodológico que melhor se adequaria às exigências dos trabalhos realizados nas Políticas Públicas. A questão a que me dediquei, então, era a seguinte: se se trata de um novo campo de atuação, então por que existe uma perspectiva de saber privilegiada aí?

Ao conduzir essa primeira investigação, que apresentei à Universidade Federal do Ceará como Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Psicologia, uma série de elementos apareceram e me permitiram caminhar em outra direção. Já durante o Mestrado, na mesma Universidade, a oportunidade do estágio supervisionado em docência na área de Psicologia Educacional e Escolar me possibilitou perceber uma certa regularidade discursiva entre os trabalhos desenvolvidos na saúde e na educação. Era o discurso “democrático” aparecendo: comecei a visualizar um certo oásis discursivo dentro de um campo que eu supunha dever ser eminentemente atravessado por embates e disputas. E essa nova territorialidade era maior que a política de Saúde.

Naquele momento, julguei importante trabalhar não mais na direção de compreender apenas o discurso da Saúde, mas as Políticas Públicas de modo geral, especialmente porque tive um acesso mais direto às Cartilhas elaboradas pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Então, comecei a perceber que havia algo curioso: o Conselho Federal de Psicologia (CFP – do qual faz parte o CREPOP), estava operando não apenas como um órgão fiscalizador – o que é originalmente, especialmente se considerarmos que este conselho surgiu em meio à Ditadura Civil-Militar – mas, além disso, estava construindo uma espécie de centro de pesquisa – o CREPOP – que deveria produzir referências para a atuação das psicólogas e dos psicólogos nessa área. Começou então a ganhar forma uma nova territorialidade: a construção de um campo de saber que pretendia precisamente assegurar às psicólogas e aos psicólogos vagas de trabalho nos espaços das Políticas Públicas. E, para tanto, realizou-se uma apropriação muito vaga e pouco questionadora de uma série de produções em Psicologia Social, exatamente para que se

pudesse apresentar um mínimo de fundamentação para as práticas que se construía e que tinham o objetivo de atender à demanda das Políticas Públicas, porque isso asseguraria às e aos profissionais de Psicologia mais vagas de trabalho – independentemente de isso custar que uma série de questionamentos relevantes fossem simplesmente relegados ao silêncio, e consequentemente uma série de vozes fossem silenciadas.

O interesse por esta temática se construiu em íntima relação com o aprofundamento dos estudos do trabalho de Michel Foucault. E nesse sentido, ao princípio do trabalho já havia uma série de suspeitas sobre os caminhos a serem seguidos pela pesquisa. Eu lembro de, a princípio, colocar em questão a defesa da Democracia e a defesa das Políticas Públicas. Ora a Democracia é uma forma de estabelecimento de um governo e as Políticas Públicas são as estratégias desse governo. Entretanto, é importante entender que se uma forma de exercício do poder se torna hegemônica, isso significa que sua estratégia foi minimamente bem sucedida. E nesse caso, simplesmente afirmar que “se é governo e estratégia de governo, então trata-se de um problema” é muito pouco.

Foi exatamente o que pude notar quando, ao acompanhar a crise política a que assistimos no Brasil atualmente, percebi-me defendendo a Democracia, e o SUS, e os direitos dos trabalhadores, e a educação pública de qualidade. Diante de uma crise política, a defesa da Democracia. Foi somente a partir de então que, mais que perceber os mecanismos de poder com toda a sua pompa, passei a perceber a realidade brasileira. As requisições feitas pela população brasileira são legítimas à medida que se ancoram na experiência da vida, assim como as requisições de qualquer povo. É realmente importante que possamos ter espaços para pensar o cuidado com a vida. E haverá dissenso, porque a vida é sobre a diferença. E haverá construção de consensos, com exclusões correlatas.

O grande aprendizado aqui é que, mais que entender os mecanismos de poder, é de suma importância entender que o poder precisa se ancorar na experiência da vida para ter legitimidade. E, ao se ancorar na experiência da vida, seu movimento seguinte será o de excluir a vida de sua experiência. Assim, mais que admitir a princípio que há um problema com o governo e suas estratégias, é preciso entender *como*, mesmo sendo um lugar comum o reconhecimento do governo como algo problemático, ainda assim governos se estabelecem e são apoiados e legitimados – mesmo por quem os reconhece como problemáticos. Porque somente assim, somente ao compreender a estratégia desenvolvida pelo poder para a exclusão da vida, é possível dar visibilidade aos processos pelos quais o poder que é puramente arbitrário ganha legitimidade. E ao visualizar a radical arbitrariedade do poder, pode-se recuperar a possibilidade da experiência da vida.

É por esse aprendizado que elegi a consideração de método de Foucault, “Nunca fazer política” (FOUCAULT, 2008, p. 6) como epígrafe para este texto. Ao me preocupar com o poder e suas estratégias, com Foucault e seus conceitos, enfim, com a política, até pude vislumbrar a existência de um problema. Mas foi ao me deparar com a minha vida, no meu país, que me obriguei a reconhecer a importância da experiência da vida, e assumir o cuidado com ela. Somente então, pude compreender o movimento que o poder se obriga a realizar, a sua estratégia. Política é sobre poder. Ao abandonar a política, ao deixar de jogar o jogo do poder hegemônico, ao cuidar da experiência da vida, a transformação política tornou-se inevitável.

Este trabalho, assim, consistiu no intento de fazer vir à tona exatamente as questões que o poder relega ao esquecimento: a experiência da vida, mostrando a arbitrariedade da superposição entre as legítimas requisições de um povo que foi escravo de seu governo e a resposta dada a essas requisições pelo novo (mas ainda assim) governo. Se a saúde, a educação, a moradia, o ir e vir precisaram ser considerados direitos, diante da catástrofe que foi o século XX, é preciso então guardar com cuidado a sabedoria que o enfrentamento da guerra e, mais especificamente, da capacidade humana de autodestruição produziu. E isso não implica em uma defesa cega das palavras vazias como saúde, educação, Democracia e etc., pelo contrário: isso implica em uma determinação em nunca permitir que o que se aprendeu pela dor se perca através do esvaziamento, não das palavras, porque elas geralmente são vazias, mas das experiências tão cheias de vida que assistimos ao longo da história. Nesse sentido, mais do que defender ou acusar a Democracia (ou tentar defini-la como o que ela realmente é ou como o que deveria verdadeiramente ser), ou as políticas de saúde e educação e etc., o objetivo deste trabalho foi apontar elementos táticos para a elaboração de um posicionamento frente ao poder e à vida.

E nesse sentido, reitero a importância de pensar a realidade local porque é essa realidade que possibilita pensar a experiência que é usurpada para finalidades de governo. Pensar a realidade local não como questão teórica, com o sentido de buscar a verdade histórica local, mas como questão de método. Como forma de se deparar com a experiência da vida. Nesse sentido, é estratégico realizar uma análise precisa e rigorosa, que não se contente em reproduzir o que já foi afirmado anteriormente, mas tomar o presente (tempo e espaço) como baliza fundamental para compreender a história, e tomar a história para compreender o presente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, D. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300009>. Acesso em: 04 ago. 2015.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. 185 p. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/professores/sempe/Roland_Barthes.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BENEVIDES, P. S. Pesquisar com Michel Foucault. **Textura**, Canoas, v. 18, n. 36, p. 265-285, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/1613>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

BENEVIDES, P. S. Psicologia, diferença e epistemologia: percorrendo os (des)caminhos de uma constituição paradoxal. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 462-479, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2013v19n3p462/6215>>. Acesso em: 14 maio 2016.

BÖING, E; CREPALDI, M. A. O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas Políticas Públicas de saúde brasileiras. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. 3, set. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300014>. Acesso em: 04 abr. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CANGUILHEM, Georges. O que é a psicologia. **Tempo Brasileiro**, [S.l.], v. 30, n. 31, p. 104-123, 1973. Disponível em: <http://posds.idance.com.br/wp-content/uploads/2009/07/que_psicologia.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referência técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2007. 60 p. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015.

CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referências técnicas para a atuação do (a) psicólogo (a) nos Programas de DST e AIDS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2008. 93 p. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2010/11/DST_AIDS.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2015.

COIMBRA, C. **Guardiães da ordem**: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995. 371 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Metodologia do centro de referências técnicas em psicologia e políticas públicas**. Brasília: [s.n], 2012. Disponível em: <<http://ptdocz.com/doc/1293689/crepop-metodologia--prop1.indd---conselho-federal-de-psic>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) em questões relativas a terra**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. 122 p. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-das-os-psicologas-os-em-questoes-relativas-a-terra/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relatório final do programa banco social de serviços em psicologia**. [S.l.: s.n.], 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/DVC_relatorio_final.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

DELEUZE, Gilles. **O abecedário de Gilles Deleuze**: transcrição integral do vídeo, para fins exclusivamente didáticos. Paris: Éditions Montparnasse, 1996. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do pensamento psicológico**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 208 p.

FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade**: a vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. 258 p.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, M. A pesquisa científica e a Psicologia. *In*: MOTTA, M. B. (Org.) **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011, p. 115–137.

FOUCAULT, M. Aula sobre Nietzsche. *In*: _____. **Aulas sobre a vontade de saber**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014c. p.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**, Rio de Janeiro: NAU, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. 474 p.

FOUCAULT, M. O Nascimento da Medicina Social. *In*: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 79-98.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. Disponível em: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault_vigiar_punir.pdf>. Acesso em: 02 out. 2015.

LANE, S. T. M. A Psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. *In*: LANE, S. T. M. e CODO, W. **Psicologia Social**: o homem em movimento. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989a.

LANE, S. T. M. Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico e dialético: da emoção ao inconsciente. ENCONTRO CIENTÍFICO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, 2., 1989, Gramado. **Anais...** Gramado: [s.n.], 1989b. Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Simpos/An02T18.pdf>>. Acesso em 05 out. 2015.

LIMA, A. F; CIAMPA, A. da C.; ALMEIDA, J. A. M. Psicologia social como psicologia política?: a proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. **Rev. Psicol. Polít.** [S.l.], v. 9, n. 18, p. 223-236, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v9n18/v9n18a04.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, Salvador, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.ibes.edu.br/aluno/arquivos/artigo_nocao_cidadania_chantal_mouffe.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

MOUFFE, C. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Sobre verdade e mentira no sentido extra moral. *In: _____*. **Obras incompletas**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 53-60.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Carta de Punta del Este. **Boletim de la Oficina Sanitária Panamericana**, Washington, v. 51, n. 5, p. 477-488, 1961.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 15-35, jan./mar. 2014.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. 458 p.

PESSOA, F. **O livro do Desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, A. A Psicologia Social às vésperas de seu primeiro centenário. ENCONTRO CIENTÍFICO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, 2., 1989, Gramado. **Anais...** Gramado: [s.n.], 1989. Disponível em: <<http://www.infocien.org/Interface/Simpos/An02T15.pdf>>. Acesso em 05 out. 2015.

RODRIGUES, H. B. A Psicologia Social como especialidade: paradoxos do mundo psi. **Psicologia e Sociedade**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 83-88, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n1/a13v17n1.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, [S.l.], v. 7, n. 13, p. 279-309, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewArticle/9321>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

STRALEN, C. J. Psicologia Social: uma especialidade da Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n1/a15v17n1.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

VATICANO. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)**. São Paulo: Paulus, 2002. Disponível em: <www.regiaolapa.org.br/site/?secao=sender&sub=downloadArquivo&cod=10>. Acesso em: 17 jun. 2015.

VIEIRA, G. M. S. **Psicologia e Saúde da Família: sobre disputas no território**. 2014. Monografia (Graduação em Psicologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.